

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

JOSIANE P. TALAMINI

Reabilitação de conjuntos históricos rurais através do turismo:
o roteiro Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves/RS.

Porto Alegre, junho de 2014.

JOSIANE P. TALAMINI

Reabilitação de conjuntos históricos rurais através do turismo:
o roteiro Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura PROPAR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Prof. Luís Henrique Haas Luccas

Porto Alegre, junho de 2014.

JOSIANE P. TALAMINI

Reabilitação de conjuntos históricos rurais através do turismo:
o roteiro Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves/RS.

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Arquitetura pela banca examinadora constituída por:

Profa. Dra. Andréa Soler Machado

Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán Rocca

Prof. Dr. Rogério de Castro Oliveira

Porto Alegre, junho de 2014.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao Luís Henrique Haas Luccas, meu orientador e ouvinte, pelas valiosas contribuições e críticas e pelos pacientes ensinamentos.

À minha família amada pelo apoio incondicional que ofereceu em todas as etapas de minha formação e por acreditarem em meus sonhos.

Ao Rafael, meu companheiro e amigo, com quem dividi minhas angústias e alegrias nessa caminhada.

As minhas queridas amigas Bárbara, Greice, Tábara e Thaíse que me acompanharam em minha formação e seguem fiéis companheiras, mesmo distantes.

Aos amigos e colegas do mestrado, pelas contribuições e discussões.

À CAPES, pela bolsa concedida que me propiciou aprofundar meus estudos e vislumbrar novos horizontes.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, pelo ensino de excelência e gratuito.

À Associação Caminhos de Pedra, por estar sempre disposta a ajudar.

Ao Júlio Posenato, pelas contribuições e informações.

À equipe Oltramari Arquitetos, por despertar meu interesse pelo patrimônio e pelas informações e materiais repassados.

RESUMO

O presente trabalho trata da reabilitação de conjuntos históricos rurais através do turismo, tendo como caso de estudo o roteiro Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves/RS. A pesquisa dedica-se a avaliar a relação existente entre turismo e preservação do patrimônio, com atenção especial aos conjuntos históricos localizados em meio rural, cuja salvaguarda tem motivado atores sociais nas últimas décadas, porém ainda carente de estudos aprofundados. A análise abrange aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, além de debruçar-se sobre o tema das intervenções arquitetônicas e suas alterações na paisagem e no edifício.

A partir do reconhecimento e documentação da experiência, o estudo analisa o exemplo precursor na preservação do patrimônio arquitetônico em meio rural no sul do País, passível de ser enquadrado como bem sucedido. O trabalho também busca definir a importância do reuso como meio de preservação e valorização, bem como a influência da atividade comercial voltada ao turismo, responsável pela geração de renda e viabilização de ações de reabilitação e manutenção dos monumentos e bens em questão.

ABSTRACT

This work is about rehabilitation of countryside historical buildings through tourism, using as a case study the route called Caminho de Pedras in the city of Bento Gonçalves/RS. This research aims to evaluate the relation between tourism and heritage preservation, with a special attention to the historical buildings located in a rural area, which protection has motivated social actors during the last decades, although still lacks deeper studies. The analysis approaches social, cultural, environmental and economic aspects, besides poring over the architectural interventions and their modifications to the scape and to the building.

After recognizing and documenting the experience, the study considers the forerunner examples in the preservation of architectural heritage among rural areas in the southern part of the country, able to be considered successful. This research also looks for determining the importance of reuse as preservation and valorization mean, as well as the effect of tourist commercial activity, responsible for income generation and enabling rehabilitating and maintenance actions to the considered buildings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PRIMEIRA PARTE	23
1. REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO	25
1.1 Relembrando conceitos	25
1.2 Memória e identidade	32
1.3 Salvaguarda da paisagem cultural	35
2. TURISMO, CULTURA E ESPAÇO RURAL	37
2.1 Introdução ao turismo	37
2.2 Turismo cultural e roteiros turísticos rurais	38
2.3. Ônus e bônus do turismo no espaço rural	41
3. REUSO E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS	46
3.1 As várias possibilidades	46
3.2. Intervenções arquitetônicas	48
SEGUNDA PARTE	55
1. CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA CULTURAL	57
1.1 A imigração italiana no Rio Grande do Sul	57
1.2 O roteiro turístico “Caminhos de Pedra”	60
2. ANÁLISE DOS CASOS	64
2.1 Pontos de Visitação	65
2.2 Pontos de Observação	76
2.3 Outras arquiteturas	85
2.4 Algumas Críticas Necessárias	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95
CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES	100

INTRODUÇÃO

Voltar-se para o passado à procura de vínculos que clarifiquem o presente é uma prática comum ao homem. O olhar sobre ele provoca no indivíduo a sensação de pertencimento, inserindo-o na sociedade e na história própria. Essa percepção torna-se fundamental visto que imbui o sujeito de identidade, de história e de autoconhecimento. Esse olhar sobre o passado ocasionou o interesse em determinados objetos que, devido a sua importância na formação da história humana, passaram a ser cultuados. A conseqüente valorização de bens provocou variadas ações tendo como objetivo sua preservação, contribuindo para a criação sucessiva de leis e cartas relativas ao assunto, desenvolvidas ao longo dos anos, abordando a questão de diferentes formas, definindo diferentes conceitos. Tais teorias fundamentam ações de preservação até os dias atuais.

Na ampla abrangência do tema patrimônio, a arquitetura exerce notável influência. Sua produção é responsável pela comprovação da maioria dos saberes e fazeres humanos, da sua história e cultura. Assim, sucessivamente, ela foi ganhando importância e tornou-se um vínculo sólido entre passado e presente. Porém, muitos edifícios tombados e exemplares raros de arquitetura abandonados sofrem com a degradação, alcançando estágios de deterioração impossíveis de reverter. A falta de manutenção e preservação faz com que se percam muitos edifícios de grande interesse histórico. Isso ocorre principalmente devido à ausência de recursos e investimentos destinados a ações de salvaguarda.

A necessidade de dar ao edifício uma atividade rentável, que possibilite sua manutenção e reuso adequado, tem sido um elemento importante no que tange à preservação das riquezas arquitetônicas, visto que o restauro é uma atividade que requer volumosos recursos financeiros. Seu reuso, além de gerar renda a médio e longo prazo, torna viável sua manutenção, contribui para manter íntegra a história e a cultura de um povo, interage com a população, que por sua vez passa a valorizar os bens patrimoniais e a entendê-lo como parte integrante da sua própria história. Saber

unir passado e presente é fundamental para garantir a permanência e o bom estado de conservação desses bens. Mas, para isso, é necessário ter consciência de que as ações não devem ficar restritas à restauração, mas também contar com planos de manutenção e reuso adequados. Essas atividades, por sua vez, necessitam da disponibilização de verbas e investimentos, muitas vezes inacessíveis aos proprietários, ocasionando a perda de bens culturais e exemplares insubstituíveis da arquitetura de determinados grupos sociais. A reabilitação desses edifícios trás uma nova proposta, tendo como premissa tornar o edifício apto a receber um novo uso.

Os novos usos propostos para os edifícios precisam ser estudados criteriosamente, procurando sempre atender as demandas locais da comunidade envolvida e a manutenção das características arquitetônicas do edifício. Reconhecer o valor dessas obras é o primeiro passo a ser dado no caminho de sua preservação, fato que tem contado com o aumento considerável da busca pelo conhecimento das origens e do modo de vida dos diversos grupos que compõem a sociedade. Esse incremento é, em parte, provocado pelo crescimento do turismo cultural, alavancado pelo interesse crescente da população pelo lazer cultural, aliado ao aumento de poder aquisitivo. O turismo, responsável por atrair visitantes e criar atividades rentáveis, tem se mostrado um importante incentivador da preservação dos bens patrimoniais. Ao possibilitar o reuso destas edificações, ele passa a ser um meio de educação patrimonial e de integração da comunidade com sua história. A reabilitação destas edificações, integradas com a gestão turística, é a garantia da permanência destes bens.

Assim, a gestão do turismo tornou-se um aliado importante para a preservação, pois através dele uma nova atividade é integrada ao patrimônio histórico edificado, gerando recursos financeiros que viabilizam investimentos em preservação e manutenção, criando um ciclo de atividades interdependentes. O turismo torna-se importante por atrair visitantes, gerar renda, contribuir para a elevação da autoestima do produtor rural (no caso em estudo), possibilitar a criação de uma rede de atividades correlacionadas, onde uma complementa a outra.

No entanto, a relação entre turismo, preservação e reuso do patrimônio ainda apresenta alguns pontos obscuros, passíveis de encobrir conflitos. Consciente

da necessidade de estudos aprofundados sobre essa conexão, a pesquisa aborda questões relacionadas às formas de reuso de edificações, sua importância como elemento de preservação e manutenção desses bens; examina o papel do turismo como gestor de atividades e seu incentivo para a manutenção e valorização de bens patrimoniais e a consequente desejável permanência da comunidade em sítios e monumentos históricos. Serão tratados também os aspectos culturais a serem mantidos, a apropriação desses bens pela sociedade e os obstáculos para a sua preservação, seja por razões sociais, econômicas ou culturais.

Objetivos

É pelos motivos expostos que o roteiro “Caminhos de Pedra”, localizado entre os municípios de Bento Gonçalves e Farroupilha, na Serra Gaúcha, constitui um bom exemplo da gestão de turismo aliada à preservação do patrimônio. Aquele empreendimento valoriza aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais da região. Sua consolidação propiciou o reconhecimento dos valores da cultura e costumes da comunidade local, o pertencimento e a vontade de manter íntegro esse patrimônio.

Desta forma, o trabalho tem como objetivo estudar o exemplo pioneiro na preservação do patrimônio arquitetônico em meio rural no sul do País, passível de ser enquadrado como bem sucedido; reconhecer, documentar e analisar criticamente a experiência. A pesquisa busca definir a importância do reuso como meio de preservação e valorização, e refletir sobre a influência da atividade comercial voltada ao turismo, responsável pela geração de renda e a consequente redução dos custos de manutenção. E estabelecer relações que demonstrem a importância do reuso como elemento de manutenção e preservação de monumentos e bens de valor reconhecido.

Justificativas

É oportuno destacar, a princípio, que o interesse pelo roteiro turístico Caminhos de Pedra surgiu a partir da experiência profissional em escritório de arquitetura responsável por intervenções naquele conjunto edificado. O caso constitui uma modalidade incomum de preservação, pelo fato de ser um conjunto de

construções dispersas em meio rural; ao que converge a forma de sustentação econômica instituída, baseada no turismo.

O objeto de salvaguarda – construções representativas da imigração italiana na região – não se enquadra como monumento histórico importante: de valor artístico moderado, constitui o testemunho material de um dos grupos sociais que compuseram o mosaico cultural rio-grandense. Deste modo, as edificações do conjunto são passíveis de intervenções arquitetônicas necessárias – ou adaptações – ao uso nos dias atuais. E este fato suscita controvérsias sobre a maneira adequada de intervir nesse tipo de edificações, acrescentando outro aspecto interessante sobre o exame da experiência.

Também merece ser destacada a concepção do projeto, cujos mentores viram no turismo, de modo precursor, a oportunidade de preservar e valorizar o patrimônio local, lançando a ideia que evoluiu e se consolidou. Um deles foi o Arquiteto Júlio Posenato, conhecido pelos estudos e publicações sobre a arquitetura da imigração italiana no sul. O outro foi o Engenheiro Tarcísio Michelin, empresário proprietário de uma rede de hotéis com uma unidade na região contígua, o Vale dos Vinhedos.

Por estas razões, a experiência do roteiro Caminhos de Pedra foi eleita objeto de estudo da presente dissertação. O caso infrequente de preservação de conjunto arquitetônico, tanto pela configuração rural quanto modalidade de sustentação econômica, merece uma análise capaz de destacar os aspectos positivos e percalços da experiência. Afinal, espera-se que as reflexões originadas possam contribuir na construção do conhecimento necessário sobre as questões ainda pouco conhecidas que o tema coloca.

Crítérios utilizados

Tanto do ponto de vista do método de trabalho, quanto da estrutura, a dissertação se divide em duas partes distintas e correspondentes. A primeira delas é configurada pela revisão bibliográfica do conjunto de temas preliminares necessários, como preservação, turismo e intervenções arquitetônicas, tratados na profundidade

correspondente à função no texto. A segunda parte trata especificamente do caso Caminhos de Pedra, configurando-se basicamente pela análise crítica da experiência a partir da coleta de dados e materiais *in situ*, além da contribuição de escassos escritos específicos sobre o tema; contando também, a título de introdução, com o breve histórico das origens do exemplo.

Para a elaboração da parte introdutória deste trabalho, várias referências foram utilizadas, em virtude da diversidade de temas. O primeiro capítulo teve fundamental importância a obra de Françoise Choay, *A alegoria do patrimônio*, da mesma forma que as provocações de Huyssen, Machado e Braga, e Santos contribuíram para enriquecer os conhecimentos sobre memória e identidade. No âmbito da salvaguarda da paisagem cultural, a Carta de Atenas e os textos publicados pelo IPHAN foram essenciais para subsidiar o pensamento sobre o assunto.

Na sequência, o tema turismo foi baseado na obra de Oscar de La Torre Padilla; da mesma forma os materiais publicados pelo Ministério do Turismo, a Carta do Turismo Cultural e as considerações de Portuguez colaboraram para esclarecer a relação entre turismo cultural e roteiros turísticos rurais. Os textos de Cruz, Sarti e Queiroz, e Choay demonstraram que a relação entre turismo e espaço rural tem suas vantagens e desvantagens.

O terceiro capítulo, destinado ao tema reuso e intervenções em cascos históricos, tem como base fundamental o livro *Construir em lo construído*, de Francisco de Gracia, bem como as obras de Capitel, Gonzáles Moreno-Navarro e Solà-Morales Rubió, que surgiram como elementos importantes para consolidar o ponto de vista sobre o tema; e Choay, com seu caráter questionador, leva-nos a pensar onde queremos chegar, ou melhor, onde queremos que o patrimônio chegue e em quais condições.

Na segunda parte foram utilizadas as obras de Giron, e Caprara e Luchese, esclarecendo, com detalhes, a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, em especial a região de Bento Gonçalves. E o livro de Júlio Posenato, *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*, responsável por contribuições primordiais sobre a forma de morar do imigrante italiano. Aqui cabe um esclarecimento: não se

trata de uma arquitetura italiana propriamente dita, nem de uma arquitetura meramente vernacular, mas trata-se de uma arquitetura autóctone, fruto da combinação das técnicas construtivas dominadas pelos imigrantes e adaptadas à disponibilidade de matéria-prima, espaço disponível, relevo e clima locais.

Por fim temos a análise do caso Caminhos de Pedra, levando em consideração as referências anteriormente citadas que embasaram este trabalho. Optou-se por separar as edificações analisadas levando em consideração o fato de receberem ou não visitaçaõ turística, o que facilitará a compreensão e análise de cada grupo de edificações. Foram eleitas sete edificações que recebem turistas e sete que não recebem. A escolha das obras para análise levou em consideração sua inserção na paisagem, importância histórica, tipologia e técnica construtiva, características compositivas e materiais, novos programas e tipo de intervenção, entre outros. Assim sendo, descreveu-se cada uma das edificações considerando os aspectos citados, buscando entender a relação que têm com o turismo.

PRIMEIRA PARTE

QUESTÕES PRELIMINARES: PRESERVAÇÃO, REUSO E TURISMO CULTURAL

1. REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO

1.1 Relembrando conceitos

Resultante de um longo processo evolutivo, a preservação do patrimônio como tratamos hoje sofreu muitas mudanças no decorrer dos séculos. O período que iniciou no séc. XIV estendendo-se até meados do séc. XVI buscava o conhecimento e a revalorização da cultura clássica antiga e sua filosofia, através de uma postura claramente humanista. Foram os humanistas e artistas do *Trecento* os responsáveis pela “primeira conceituação da história como disciplina e da arte como atividade autônoma”. É Petrarca que atribui aos edifícios antigos um novo valor: são eles que conferem autenticidade e confirmam o que os livros dizem. “São testemunhos da realidade de um passado que se consumou” (CHOAY, 2006, p. 44-45). Originado no *Trecento*, o conceito de monumento histórico foi esboçado no *Quatrocento*, posteriormente adotado, desenvolvido e coletivamente enriquecido pelo conjunto dos países da Europa Ocidental (CHOAY, 2011, p. 14).

Embora tenha ocorrido uma tomada de consciência do valor histórico e artístico dos monumentos da antiguidade, o interesse único do saber e do amor pela arte não garantiu a conservação dos edifícios (CHOAY, 2006, p. 52). Até então os monumentos antigos continuavam sendo fadados à destruição, mutilados, tendo suas partes removidas para servirem como elemento decorativo ou material construtivo de novos edifícios. É de forma paradoxal que esta preocupação surge com as Revoluções Francesa e Industrial, que alteraram de forma dramática o modo como as diferentes culturas se relacionavam com o seu passado, numa clara intenção de romper os vínculos entre passado e presente. Devido ao intenso processo de remodelação urbana provocado por essas grandes revoluções, inúmeros edifícios estavam sendo destruídos, ocasionando a perda de monumentos e, até mesmo, do

traçado urbano das antigas cidades¹. É nesse contexto que surgem, na França e na Inglaterra, as primeiras teorias acerca da preservação dos edifícios históricos, posicionamentos frente à preservação e consequentes práticas de restauro estabelecidas por Viollet-Le-Duc e John Ruskin, respectivamente.

Partidário de uma doutrina intervencionista, o francês Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879) concluiu seus estudos sobre arquitetura no momento em que a restauração de edifícios estava se definindo como ciência. Sua atuação na área foi de extrema relevância para a formulação de teorias sobre o assunto. Viollet-Le-Duc definiu, em seu *Dictionnaire*, a expressão restauração não como o ato de manter um edifício, repará-lo ou refazê-lo, mas sim restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento (VIOUET-LE-DUC, p. 29). A arquitetura gótica foi a influência mais marcante na carreira de Le-Duc, pois nessa arquitetura, em virtude do longo tempo de construção dos edifícios, as mudanças e adaptações eram constantes, conferindo aos monumentos características próprias e exclusivas. Embora suas intervenções fossem altamente invasivas, foi a partir delas e das experiências com elas adquiridas que o restauro desenvolveu-se como disciplina.



Figura 1: Igreja de Saint-Sernin de Toulouse, objeto de intervenções realizadas por Viollet-Le-Duc que acarretaram em mudanças drásticas, principalmente a remoção de adições góticas com o objetivo de torná-la um exemplar de românico puro. Fonte: GONZÁLES MORENO-NAVARRO, 1999, p. 71

Na Inglaterra, John Ruskin (1819-1900) desenvolveu uma teoria absolutamente oposta a de Viollet-Le-Duc. Com uma postura anti-intervencionista, Ruskin pregava que a restauração seria a mais completa destruição que um edifício poderia sofrer. Para o teórico, a conservação dos monumentos era necessária, pois através deles era possível estudar e compreender os estilos arquitetônicos e as

¹ SAYEGH, Liliâne M. L. *O turismo enquanto modo de mercantilização da cultura de massas: um estudo das cidades*. In: *Anais Arquimemória* 3, 2008 – Salvador/BA

técnicas construtivas, afinal eles seriam a prova da evolução e do desenvolvimento cultural. Adepto de uma visão mais romântica e nostálgica, defendia a ideia de que as edificações deveriam aceitar seu destino e envelhecer de maneira natural, sem intervenções, chegando ao ponto de aceitar que ruíssem se fosse necessário. As intervenções permitidas se limitavam apenas a contenções e a manutenções a fim de evitar que desmoronassem precocemente. Qualquer imitação, cópia ou acréscimo era condenado, sob a pena de perder sua autenticidade, de produzir uma réplica, um falso histórico.

Pouco posterior aos dois pioneiros, o italiano Camilo Boito (1836-1914) desenvolveu seus estudos numa época em que as teorias da restauração já estavam consolidadas e passavam por um processo de questionamentos. Embora tenha sido fortemente influenciado pelas ideias de Viollet-Le-Duc, Boito defendia conceitos que carregavam consigo um pouco deste e um pouco de Ruskin. Seu posicionamento acerca da autenticidade aproximava-se do pensamento ruskiniano, enquanto que sua posição favorável à restauração era comum a de Le-Duc. No entanto, embora concordasse com o restauro, era contrário à vontade de unidade formal pretendida pelo francês, da mesma forma que era avesso a ideia de que todo monumento histórico estava destinado à ruína, como defendia o inglês.

Seu discurso atentava para a diferenciação entre conservação e restauração. Aquela deveria ocorrer periodicamente, fazendo o impossível, fazendo milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco, a fim de preservá-lo; e esta deveria ser empregada quando o monumento corresse risco de ruir. Alertava também para a necessidade de os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não pudessem ser evitadas, que demonstrassem não serem obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2008, p. 61). Quando se manifesta a favor da distinção da materialidade nas obras de restauro, Boito posiciona-se contra as ações de Viollet-Le-Duc, parecendo dizer ser impossível que o monumento possa alcançar o “estado completo que nunca existiu”, grosso modo, baseada na interpretação imprecisa da vontade do autor original.

Seguidor dos princípios de Boito, o italiano Gustavo Giovannoni (1873-1943) aprofundou os estudos em relação ao chamado “restauro filológico” ou “restauro

científico”. Sua participação no congresso de 1931, onde se elaborou a Carta de Atenas, foi de suma importância. Embora tenha sido uma figura relevante nas discussões sobre o urbanismo, as contribuições de Giovannoni ficaram esquecidas por muito tempo. Foram seus estudos aprofundados sobre ambas as áreas que lhe possibilitaram uma visão extremamente atual em relação ao patrimônio urbano². Suas abordagens enfatizavam a necessidade de troca da análise do problema da conservação do monumento na cidade para o tema da conservação da cidade como monumento³.

Até aqui nenhum dos teóricos do restauro havia classificado os monumentos; o primeiro a fazê-lo foi o vienense autor de *Der moderne Denkmalkultus*, Alois Riegl (1858-1905). Ele cria uma distinção entre monumento e monumento histórico onde esclarece que:

[...] monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto que o monumento histórico não é, desde o principio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte (CHOAY, p. 25).

A partir de seus conhecimentos como historiador Riegl classifica o monumento histórico em duas categorias de valores: de rememoração (*Erinnerungswerte*) ligada ao passado e valendo-se da memória, e de contemporaneidade (*Gegenwartswerte*) pertencente ao presente. A primeira categoria é marcada pelo valor histórico e posteriormente enriquecida com um novo valor, o qual chama de ancianeidade (CHOAY, 2006, p. 168). Na segunda estão presentes os valores artísticos e de uso. Na sequência Choay ainda esclarece que o valor de ancianeidade está relacionado às marcas do tempo e a idade do monumento, evocando “a transitoriedade das criações humanas cujo fim é a inelutável degradação”, enquanto que o valor histórico requer um saber, o valor de ancianeidade é percebido de imediato. Esse valor era considerado por Riegl uma realidade e não uma promessa, prevendo que será este o valor preponderante do monumento

² Para mais informações sobre o trabalho de Giovannoni consultar a obra de Françoise Choay, A alegoria do Patrimônio.

³ Lombardi, Giorgio. *A cidade histórica como suporte da memória*. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: SMC/DPH, 1992.

histórico no século XX⁴. Na sequência a autora explica que o valor de uso ao qual Riegl se refere é relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos, e que, segundo ele a ausência deste valor é o critério que distingue do monumento histórico tanto as ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, quanto a ruína, cujo interesse reside fundamentalmente na anciandade.

No entanto, como já abordado por Choay (2006), as práticas conservadoras não foram modificadas de forma significativa, permanecendo basicamente as mesmas durante o período de 1860 a 1960. Até aqui apenas grandes edifícios religiosos e civis eram tratados como monumentos históricos e recebiam os cuidados necessários. O valor de anciandade, que Riegl acreditava que conquistaria as multidões rapidamente, ainda não se fazia claro. A mundialização institucional do patrimônio histórico avançava lentamente. O turismo começava a surgir, vagaroso, nas principais cidades europeias, mas ainda bastante restrito quanto ao público e aos monumentos a serem visitados. A primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos só ocorre em 1931, em Atenas, realizado pelo Escritório Internacional dos Museus e Sociedade das Nações. Na ocasião foi elaborada a Carta de Atenas⁵, cujo conteúdo faz recomendações relativas à utilização, administração, legislação, valorização, materiais utilizados, deterioração e técnicas de conservação. Após esta, muitas outras foram criadas ou reestruturadas atendendo aos mais variados temas pertinentes a preservação de sítios e monumentos históricos e readequando-as aos novos contextos.

No Brasil as primeiras manifestações direcionadas a preservação do patrimônio surgiram a partir do texto de Mário de Andrade⁶, em 1936, considerado o texto fundador do SPHAN (Serviço Histórico e Artístico Nacional). O texto intitulado “Anteprojeto para criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional” estabelecia os objetivos do futuro instituto, sendo fiel à tradição europeia, deveria ter seu campo de ação e reflexão limitado à arte, a arquitetura, aos museus e a arqueologia. O texto

⁴ “A imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas (Massen), a sedução fácil que ela exerce sobre estas” (CHOAY, p. 169)

⁵ Existem duas Cartas de Atenas, uma de 1931 que elabora ações para a preservação dos monumentos, e outra de 1933 que expõem ideias do novo urbanismo almejado pelos modernistas.

⁶ O texto elaborado por Mário de Andrade foi a ele solicitado pelo Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

propunha ainda uma estrutura técnico-administrativa para o serviço, definia a obra de arte patrimonial e sua classificação em oito categorias, conceituava o termo “tombamento” para nomear a proteção, criava quatro livros tombo e museus nacionais a eles associados e nomeava interlocutores e opositores ao definir o que entendia por “patrimônio artístico nacional” e como deveria ser a sua preservação (SANTOS, 2012). O anteprojeto de Mário de Andrade e a redação final do Decreto Lei N°25, que ficara aos cuidados de Rodrigo Melo Franco de Andrade fundaram, definitivamente, o SPHAN. O órgão passou por muitas modificações, inclusive de nome, e atualmente denomina-se IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). As principais ações de manutenção e preservação do patrimônio nacional estão hoje vinculadas ao instituto e suas ramificações estaduais.

Embora o texto do anteprojeto tratasse a questão do patrimônio, havia também no pensamento dos modernistas a vontade de construir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição. Isso fica claro nos discursos de Lúcio Costa e representado nas obras de Oscar Niemeyer, destacadamente no MES. Para isso era necessário conhecer a nossa história e a nossa cultura para poder estabelecer vínculos para formar a verdadeira identidade brasileira⁷. Houve a consciência de que obras modernas recentes deveriam ser tombadas, como a Pampulha⁸ e Brasília; esta, aliás, reconhecida pela UNESCO em 1987⁹.

⁷ Para aprofundamento no tema da formação de uma identidade brasileira ler: Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1962.

⁸ A Igreja da Pampulha foi tombada em 1947. Seu conjunto só foi reconhecido cinquenta anos depois, quando o IPHAN o tombou em 1997. Informações disponíveis na página do Instituto: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

⁹ Disponível em:

<http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=8>. Acesso em: 17 jun. 2014.

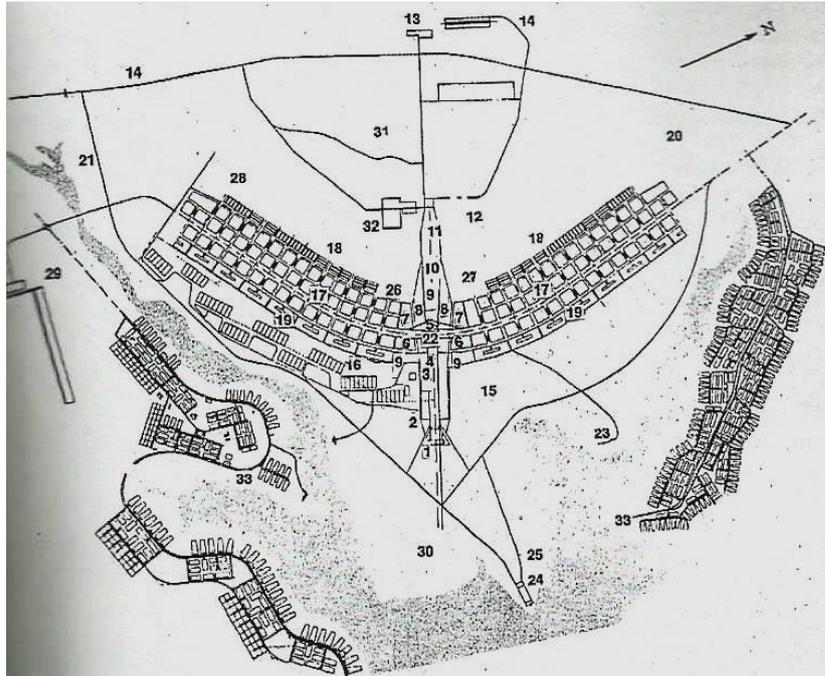


Figura 2: Plano Piloto de Brasília. Fonte: MONTANER (2009, p.27).

Levando em consideração a necessidade de conferir novos usos aos bens patrimoniais, órgãos públicos como o IPHAN desenvolveram, juntamente com o governo federal, políticas de preservação do patrimônio. Requalificação urbana, promoção de atividades econômicas nas áreas de preservação, implantação de fundos municipais de preservação, financiamento de imóveis privados e fortalecimento institucional de parceiros governamentais são algumas das ações desenvolvidas pelo Programa Monumenta¹⁰. Visando à integração entre as riquezas patrimoniais e as políticas de desenvolvimento econômico e regional, voltadas ao turismo, o governo federal criou o PAC¹¹ - Cidades Históricas. Assim, as ações desenvolvidas pelo Monumenta passarão a ser geridas por este programa.

Ainda no âmbito federal temos a Lei Rouanet, ou Lei Federal de Incentivo a Cultura. Esta lei implementou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que possui dois mecanismos de auxílio: o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Incentivo Fiscal. O primeiro capta recursos a partir de incentivos a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis; o segundo, através de empresas e pessoas físicas

¹⁰ O programa foi retomado em 1999 após um período de mais de 15 anos parado em virtude da crise econômica. O programa implantado pelo PAC – Cidades Históricas é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e apoiado tecnicamente pela UNESCO (PAC - CIDADES HISTÓRICAS, 2013, p. 4)

¹¹ Programa de Aceleração do Crescimento.

pagadoras de imposto de renda. As mesmas ações são executadas a nível estadual através da Lei de Incentivo a Cultura (LIC). Embora sejam criticadas em alguns de seus aspectos – forma de propaganda gratuita das empresas, decisões referentes aos tipos de cultura a serem apoiados, etc.- estas leis são as principais fontes de recursos para investimentos na valorização, recuperação e preservação de sítios e monumentos históricos. Alteradas recentemente, essas leis só poderão ser utilizadas para restauros e reabilitações de edifícios tombados.

No entanto, mesmo com a evolução clara da questão preservação, abordada nas mais variadas cartas patrimoniais, debatida nas inúmeras áreas a que se relaciona e interfere, as dúvidas relativas ao tema ainda permeiam as ações a ele ligadas. Parece não haver um consenso sobre o que preservar e a maneira correta de intervir no patrimônio; todas as teorias sobre o tema - das mais extremas às mais equilibradas, podem e são empregadas diariamente até hoje. Num mundo tão diverso e globalizado mostra-se difícil a tarefa da preservação.

1.2 Memória e identidade

Da mesma forma que a falta de um acordo sobre o modo correto de intervir está sempre presente nos debates sobre patrimônio, o mesmo ocorre com relação ao que deve ser preservado. Na sociedade onde a evolução anda a passos largos, estamos carentes de conforto e certezas que apenas o passado pode nos proporcionar. Como destaca Huyssen (2000, p.67), “a rememoração dá forma aos nossos elos com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como sociedade, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro”. A ideia, reforçada por Meira (2004, p. 57), conclui que o fascínio atual pelo passado poderia ser explicado como uma reação à amnésia cultural ou como um modo de tentar diminuir a velocidade da modernização. Deparamo-nos com um dilema. A cada dia que passa a humanidade agrega mais informações para serem recordadas e, portanto, mais passado. Mas no vasto espectro do passado, individual e coletivo, como saber o que possui valor histórico digno de ser preservado?

Tal como Funes¹², nossa sociedade memoriza tudo, mostra-se amedrontada de esquecer e deseja exacerbadamente ter patrimônio. Presenciamos a permanente falta de critérios na escolha da bagagem. Os museus estão abarrotados de peças antigas e 'históricas', cheias de significados muitas vezes questionáveis, os roteiros turísticos encenam um estilo de vida que deixou de ocorrer há tempos e, para complicar ainda mais, a relação entre desenvolvimento e preservação do patrimônio ainda é um problema de difícil conciliação para a maioria dos gestores públicos.

Por possuímos a capacidade da sistematização do pensamento podemos e devemos classificar nossas memórias por nível de importância. Essas memórias formarão nossa identidade individual, a qual corrobora para a formação da memória coletiva, cuja integridade e posteridade são almeçadas pela preservação. Nesse processo de formação da memória coletiva as imagens, a imaginação, o imaginário social e a aura do lugar ocupam papel fundamental na formação e definição da identidade e no reconhecimento do patrimônio. É na formação da identidade de um povo que está o papel fundamental do patrimônio, material e imaterial. Para Campello (1998, p.123) não há desenvolvimento cultural sem o embasamento de experiências já realizadas, sem invenções artísticas ou sociais vinculadas à tradição. O autor ressalta ainda que essas experiências constituem a memória coletiva que alimenta um processo em evolução e auxiliam no desenvolvimento de um patamar de referência para a construção do futuro.

Porém as afirmações de Hall (1996) questionam a autenticidade e valor que a expressão "identidade cultural" possui. Para ele a formação dessa identidade é uma "produção" que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. No contexto brasileiro isso parece ser ainda mais complexo, pois, como destaca Magalhães (1985, p.63), é difícil definir bem cultural numa nação que ainda não se estabilizou em sua formação. Ele ainda acrescenta:

Vários contextos, vários momentos, vários hábitos, vários costumes poderão caracterizar e gerar um bem cultural. Ele não é uma coisa estática,

¹² Personagem de Jorge Luis Borges adotado por Marta Boguea no texto *Esquecer para preservar*, representando a necessidade do esquecimento para discernir o que é de fato importante a ser preservado.

necessariamente fixa, mas depende de algumas constantes que possam ser identificadas, algo que tenha sido reiterado na trajetória do país. Não tem que ser necessariamente original ou autóctone. (MAGALHÃES, 1985, p.631)

Sobre a formação dessa identidade ainda pesam a mídia e a globalização. Para alguns estudiosos elas seriam responsáveis por acelerar o processo de esquecimento, embora possam ser indispensáveis também no processo de rememoração. Parece que, quanto mais informações armazenamos, mais informações esquecemos, e nesse ponto a globalização e a mídia contribuem de forma massiva na produção de novos dados à serem armazenados. Também culpa-se a globalização pelo processo de homogeneização das culturas. As cidades se tornam cada dia mais parecidas umas com as outras, as redes de hotéis mantêm seu padrão independente da cultura das metrópoles em que se instalam, os visitantes exigem que os seus locais de destino possuam o mesmo conforto que encontram em suas origens, os alimentos industrializados tem o mesmo sabor em cada um dos cinco continentes. A saída para ter acesso às diferentes culturas dos povos parece ser através das viagens turísticas, cada vez mais acessíveis ao grande público, mas que, muitas vezes, distorcem a realidade.

Na construção da imagem das comunidades, que define o que têm valor histórico e artístico para um povo, afetada pela mídia, pela globalização e pelo medo do esquecimento, parece haver, como afirma Santos (2012), uma crise de identidade do patrimônio. Segundo a autora tal crise deve ser analisada à partir de um contexto de mundialização e de indagações sobre a pertinência de ideias ainda consideradas tão modernas como universalidade e progresso. E ainda complementa:

Torna-se cada vez mais difícil a legitimação de critérios e valores em um mundo em que o valor maior é a relatividade absoluta, e no qual cada objeto, cada acontecimento, cada lugar exhibe legitimamente seu “potencial patrimonial” ou, melhor dizendo, sua “pretensão patrimonial”, e em que todos e qualquer um se consideram aptos a emitir juízos de valor. (SANTOS, 2012)

Considerando que a sociedade, de modo geral, desconhece a importância da preservação do patrimônio, as ações que visam sua valorização e salvaguarda necessitam do apoio de atividades educativas, aproximando o cidadão do tema e conscientizando-o. Assim, o ponto de partida para a preservação do patrimônio, material ou imaterial, é o seu reconhecimento pela sociedade como tal. Educá-la para que compreenda a importância desses bens é essencial para sua preservação. Para

Casco (2005) este objetivo pode ser alcançado através da elaboração de projetos educativos que disseminem valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, garantindo sua transmissão para gerações futuras. Tais projetos podem ser viabilizados através de políticas públicas e implantação de metodologias de educação patrimonial, como as desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em escolas, visando à educação das crianças para a importância do patrimônio histórico e cultural na configuração de uma identidade nacional.

Cabe aos gestores públicos, às instituições de ensino e às organizações da sociedade civil em cada cidade conceber programas e estratégias que estimulem a reflexão sobre o sentido e a importância do patrimônio, abrindo caminho para que a sociedade reconheça a preservação como uma aliada da promoção de melhores relações sociais, melhores condições de vida e caminho para um desenvolvimento mais justo e equilibrado (MACHADO e BRAGA, 2010, p. 120).

Assim, a memória formadora da identidade de um povo requer elementos indutores do pensamento. As edificações, objetos, dialetos, gastronomia, arte, paisagem, entre outros, são elementos fundamentais, articuladores da memória, responsáveis pela formação da identidade local; devem ser preservados, mantidos, vividos e desfrutados pela sociedade, para que essa cultura se mantenha viva.

1.3 Salvaguarda da paisagem cultural

As primeiras considerações feitas sobre paisagem cultural partiram da Carta de Atenas de 1931 sendo classificadas pela UNESCO em 1992 como uma nova categoria de patrimônio cultural¹³. No Brasil, o IPHAN institucionalizou o instrumento de chancela da paisagem cultural brasileira através da Portaria 127/2009. No artigo primeiro desta portaria fica definido que “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A institucionalização foi motivada pela constatação de que “os fenômenos de

¹³ Outras cartas também falam sobre paisagem cultural, como é o caso da Carta de Veneza (1964), Recomendação de Nairóbi (1976) e Carta de Washington (1986), entre outros documentos internacionais.

expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”¹⁴.

O patrimônio cultural, especialmente o rural, é ameaçado pelo crescimento urbano acelerado. Na maioria dos casos este avanço do urbano sobre o rural poderia ser controlado pelo poder público através da criação e execução de leis que promovam a ocupação de grandes vazios urbanos, entre outras medidas. O uso destas áreas evitaria gastos desnecessários na promoção de infraestrutura em novas áreas, visto que aproveitaria a já implementada na cidade consolidada. A isso se soma a valorização imobiliária de áreas rurais de interesse histórico. Ocorre aqui uma ambiguidade: os lotes só possuem valor elevado por fazerem parte de uma paisagem cultural, entretanto, ao usurparem o uso do solo local, modificam esta paisagem que, por conseguinte, perderá o seu valor.

A salvaguarda dessas paisagens só poderá ser alcançada quando houver cooperação mútua entre os atores envolvidos: poder público, sociedade civil e iniciativa privada. A participação ativa dos diferentes setores está previsto, inclusive, na Portaria 127/2009, que sugere a adoção de um pacto de gestão onde cada ator se responsabilizaria por uma determinada ação a fim de alcançar um objetivo geral pré-estabelecido; é um sistema de gestão compartilhada que pode ter como documento base o Plano Diretor. Atenta-se para o fato de que a gestão compartilhada da paisagem cultural envolve, muitas vezes, vários municípios; assim sendo é necessária a elaboração de planos regionais de ação que visem atender e valorizar as potencialidades de cada município em prol do desenvolvimento regional integrado.

¹⁴ IPHAN. *Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira*. Brasília: Coordenação da Paisagem Cultural, 2011. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757> >. Acesso em: 11 fev. 2014.

2. TURISMO, CULTURA E ESPAÇO RURAL

2.1 Introdução ao turismo

Nem mesmo os estudiosos do assunto conseguem defini-lo de modo unânime. A Organização Mundial do Turismo (OMT) entende por turismo “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outra” (OMT, 2001, p.38). O mesmo texto reconhece que é difícil definir o que é turismo devido ao seu caráter multidisciplinar. O mexicano Oscar de La Torre Padilla (1992, p.11) destaca que para cada pessoa o turismo possui uma interpretação específica: para alguns se trata apenas de uma sequência de transações comerciais e econômicas; para outros é uma indústria visto que os produtos estão sujeitos à oferta e demanda; e há ainda quem os defina como um simples movimento migratório. Na acepção do autor o turismo é:

(...) um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário ou temporário de indivíduos ou grupo de pessoas, que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (TORRE PADILLA, 1992, p.19)¹⁵

Nos primórdios do turismo os destinos mais visitados foram o Egito, a Grécia e a Ásia Menor; com a prosperidade econômica do Império Romano a atividade expandiu-se. Já nos séculos XVII e XVIII o *grand tour* foi responsável por considerável desenvolvimento turístico. Nele os jovens aristocratas adquiriam experiência de vida. Muitos arquitetos praticavam esse tipo de viagem a fim de conhecer a arquitetura das antigas civilizações. A partir do séc. XX o turismo se popularizou, tornando-se o chamado turismo de massa, chegando a classes sociais menos privilegiadas.

O turismo cultural é uma atividade intrínseca ao turismo: a busca pelo conhecimento de outras culturas é um dos principais motivadores da atividade. Desde

¹⁵ No original: El turismo es un fenómeno social que consiste en le desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural.

a origem até os dias atuais a cultura é utilizada como justificativa para realizar viagens a fim de conhecer costumes e tradições de diferentes populações pelo mundo. Na Carta de Turismo Cultural publicada em 1976, o ICOMOS classificou o turismo cultural como o tipo que tem como principal objetivo o conhecimento dos monumentos e sítios histórico-artísticos. Para o órgão o turismo provoca efeitos positivos, contribuindo para a sua manutenção e proteção. A organização ainda defende que os benefícios socioculturais e econômicos justificam os esforços de manutenção e proteção exigidos pela atividade turística à comunidade humana.

O Ministério do Turismo e outros órgãos federais¹⁶ entendem por turismo cultural as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura¹⁷.

(...) as diversas combinações da cultura e do turismo configuram o segmento de Turismo Cultural, que é marcado pela motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura (MTur, 2010a, p.11)

O turismo cultural apresenta-se como alternativa que possibilita a valorização e preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades, promove vivências positivas e a conscientização do turista para a valorização das diferentes culturas. Sua ocorrência independe da localização no sentido de que pode ocorrer em qualquer lugar que possua oferta cultural de interesse ao turista: festas populares, comida típica, música, apresentações teatrais, arquitetura, entre outros, seja em meio urbano ou rural.

2.2 Turismo cultural e roteiros turísticos rurais

O meio rural também tem sido objeto de ação do turismo; neste espaço podem ser encontrados diferentes tipos de turismo: rural, cultural, de aventura, de pesca, entre outros. O desenvolvimento do turismo nestas áreas iniciou como uma

¹⁶ Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo.

¹⁷ MTur. *Marcos conceituais*. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html>. Acesso em: 31 out. 2013, p.13.

tentativa de diminuir o êxodo rural na Europa industrializada. O governo europeu instituiu políticas públicas destinadas à revalorizar o espaço rural, recuperar e conservar a arquitetura tradicional e desenvolver produtos associados que proporcionassem renda por meio da comercialização direta com os turistas, contribuindo para a fixação da população e a criação de emprego¹⁸.

No Brasil, o desenvolvimento do turismo rural se deu a partir da década de 1980, principalmente devido ao profundo processo de industrialização da produção agrícola, provocando o abandono do campo por inúmeras famílias. Os pioneiros desta atividade no país foram os estados do centro-sul. O primeiro foi Santa Catarina, seguido por Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná (PORTUGUEZ, 2005, p. 581). Para Sirgado *apud* Zuñiga (2010, p. 288) “a revalorização turística da ruralidade e do ambiente decorre do divórcio forçado entre o homem e a natureza envolvente, entre a agitação e a tranquilidade, entre o urbano e o rural, entre as massas e o indivíduo”.

No entanto nem todo turismo realizado em meio rural é, necessariamente, turismo rural. Para o Ministério do Turismo a expressão turismo rural diz respeito ao “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, 2003, p.11), e deve ser empregada apenas “para as atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e cultura.” (MTur, 2003, p.17). O Ministério do Turismo aponta como vantajosa esta atividade, pois favorece o resgate do patrimônio cultural e natural, a agregação de valor a produtos e serviços, e o comprometimento com a produção agropecuária.

¹⁸ FEIRATUR. *Uma breve história do turismo rural*. Disponível em: <feiratur.blogspot.com.br/2013/04/uma-breve-historia-do-turismo-rural.html>. Acesso em: 02 jan. 2014.



Figura 3: Castelo de Valençay, Vale do Loire, França. Fonte: <http://www.chateau-valencay.fr/#>

Alguns autores relatam as dificuldades em definir claramente o que é turismo rural e quais atividades se enquadram no segmento. Parte dessa dificuldade se deve a grande extensão do país e sua diversidade cultural; mas também às várias possibilidades de atrativos que podem ser encontrados no meio rural. Devido a esta diversidade de atrativos, o MTur adota a expressão definida por Graziano da Silva para classificar como “Turismo no Espaço Rural ou em Áreas Rurais”:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 14).

Para tentar deixar mais clara essa definição o Ministério do Turismo buscou caracterizar a atividade do turismo rural. Esta caracterização divide-se em sete pontos referentes à: escala, localização, atividades agropecuárias, qualidade da paisagem, aspectos culturais e diversificação dos serviços oferecidos.

Nota-se que a questão cultural presente neste tipo de turismo é intrínseca ao ambiente rural. O turista que se desloca até estes locais busca, além da paisagem e da tranquilidade, a cultura do homem do campo, seus hábitos, costumes, tradições e história. Parece impossível haver turismo rural sem que ocorra, concomitantemente,

turismo cultural. Neste trabalho adotaremos a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais para classificar o roteiro a ser estudado, visto que há ocorrência predominante de turismo cultural. Ou seja, trata-se de um roteiro de turismo cultural localizado em meio rural.

2.3. Ônus e bônus do turismo no espaço rural

As questões econômicas são um dos principais motivadores da adoção do turismo como atividade. Como relatamos anteriormente, muitas propriedades agrícolas buscaram nele uma alternativa de geração de renda, visto que a produção primária não era suficiente para manter a família. A implantação de serviços turísticos acarreta a criação de micro e pequenas empresas destinadas a atender as demandas geradas pelos visitantes. Estas empresas apresentam-se como uma nova fonte de trabalho e renda para a comunidade local e regional¹⁹. Há também a valorização dos produtos e serviços, com a agregação de valor à produção local: os produtos cultivados na propriedade são processados e comercializados ali, sem incorporação de custos de transporte e revenda. A atividade apresenta-se ainda como renda complementar a produção agrícola, que é sazonal e dependente de boas condições climáticas.

A renda gerada pelas atividades turística favorece a melhoria e manutenção dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida familiar. Uma parcela considerável do que os proprietários arrecadam com a atividade turística é empregada na recuperação e preservação de edificações, na maioria das vezes de valor histórico; estes edifícios são dirigidos, posteriormente, para atender as novas demandas geradas, promovendo, conseqüentemente, novos dividendos. Do ponto de vista das ações de preservação o turismo torna-se um importante aliado por facilitar a obtenção de recursos para obras de salvaguarda de edificações históricas.

No âmbito das questões sociais o aspecto que mais se destaca é a diminuição do êxodo rural. Com a valorização da produção agrícola e do meio rural, os camponeses passaram a dispor de uma alternativa ao abandono do campo. A fixação

¹⁹ Alguns empreendimentos necessitam empregar mais pessoas além da mão-de-obra familiar, em virtude da atividade ofertada e da demanda de turistas.

dessa população foi incentivada pelas fontes de renda alternativa e pelas melhorias na infraestrutura – transporte, comunicação e saneamento, que o turismo gerou. Melhorias que, de acordo com Cruz (2006, p.338), são viabilizadas pelo Estado, sobretudo poderes público federal e estadual, com o objetivo de tornar o território atrativo para o capital privado. Há também a incorporação da mulher ao trabalho remunerado e a melhoria nas condições de vida das famílias em virtude do aumento da renda familiar. O êxodo rural contou ainda com o aumento da autoestima para controlar seus índices: a cultura anteriormente desvalorizada é hoje motivo de orgulho para as famílias e uma das principais atrações turísticas. Essa revalorização dos hábitos, costumes e tradições das pequenas comunidades é considerada por Sarti e Queiroz (2012, p.8) como uma tentativa de manter a identidade no mundo globalizado. Na sequência os autores chamam a atenção para a comercialização desses “bens”:

Entretanto, é relevante dizer que esses mesmos costumes e tradições, ao se constituírem em algo diverso do que é massificado, transformam-se em “bens” a serem comercializados, criando-se novo segmento de mercado turístico. Os saberes tradicionais tornam-se atrativos por meio da gastronomia típica, do artesanato, dos festejos, da história e da cultura. (SARTI E QUEIROZ, 2012, p. 8)

No que tange a cultura a atividade oferece dois resultados distintos. Por um lado favorece o intercâmbio e enriquecimento cultural entre visitante e habitante através de trocas de experiências e conhecimentos, e oportuniza a integração das propriedades rurais com a comunidade local e regional. Por outro lado promove a espetacularização, efeito perverso que distorce a cultura local a fim de torná-la mero atrativo rentável e cenário de encantamento do turista. São muitas as cidades turísticas brasileiras onde tudo o que se apresenta ao turista nada mais é do que a inserção de uma identidade cultural e arquitetônica que não lhes pertence.

Neste ambiente surge o que alguns denominam de “indústria cultural”²⁰. Em determinados níveis de exploração turística, essa indústria usurpa o significado de preservação e valorização. Ela também é responsável pela supervalorização das áreas em que exerce sua influência. A especulação imobiliária, em especial em áreas que possuem valor turístico reconhecido, visa apenas o lucro imediato. Moradores desses

²⁰ O tema indústria cultural é abordado em maior profundidade por Françoise Choay no Cap. VI do livro *A alegoria do patrimônio*.

locais vendem seus lotes a preços módicos e são forçados a migrar para áreas urbanas próximas, ocupando e densificando regiões com infraestrutura precária. Com níveis de instrução baixos, essa população muitas vezes tem dificuldade de prover renda e sustento para a família. Ou ainda provocam a saturação do sistema viário de cidades que não comportam mais tantas atividades turísticas em suas áreas centrais, como ocorre em Gramado/RS, forçando a administração pública a adotar medidas emergenciais na tentativa de mitigar os danos gerados pela falta de planejamento. O *marketing* atua aqui como grande incentivador do turismo predatório, vendendo imagens paradisíacas, belezas naturais, cidades históricas, mas os contrastes e problemas urbanos e culturais gerados por esses empreendimentos são negligenciados.

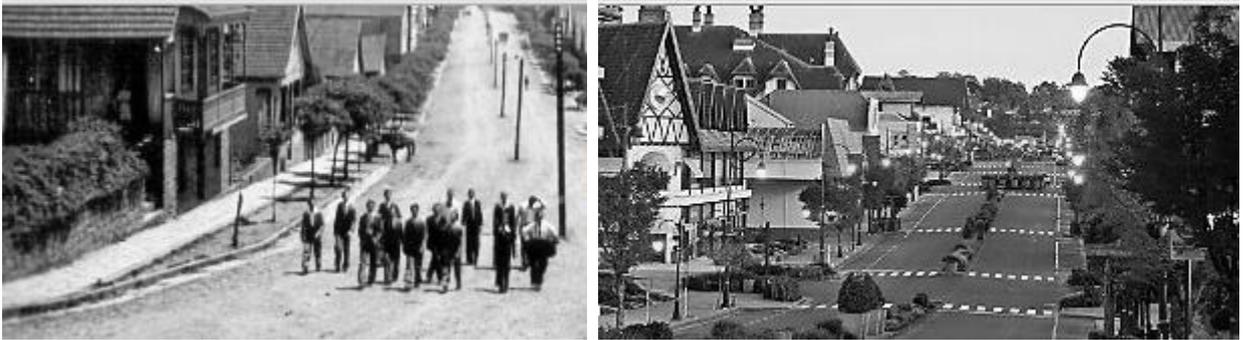


Figura 4: Gramado/RS em 1913 (esquerda) e 2013. Fonte: <http://www.gramado.rs.gov.br/>

Em relação aos aspectos ambientais, algumas atividades turísticas mostram-se grandes devoradoras das paisagens, outras contribuem de maneira significativa para preservar o meio em que estão inseridas. Os malefícios desta atividade são mais evidentes em áreas litorâneas onde há forte investimento privado de multinacionais do setor, que implantam suas redes de hotéis e resorts. Para obter sucesso no empreendimento provocam mudanças na paisagem, deslocam moradores e comunidade tradicional, geram impacto de circulação de veículos e pessoas aquém do que o meio ambiente pode suportar. Nas áreas de turismo rural esse impacto parece ser reduzido. Primeiro porque é necessário que estes atrativos ambientais se mantenham íntegros, pois é o motivo das visitas de turistas. Segundo porque estes visitantes também cobram dos proprietários a conservação da fauna e flora: há neles a consciência e a vontade de preservar a natureza. Países ricos em recursos naturais precisam encontrar formas de obter divisas sem comprometer seus recursos.

Ainda sobre as questões ambientais podemos acrescentar o reuso de edificações como forma de preservar o meio ambiente. Atitudes como esta evitam o desperdício de matéria-prima empregada na construção desses edifícios e impedem que novos recursos tenham que ser utilizados na construção de um novo. Ainda há a questão financeira do reuso: muitas vezes a reabilitação é menos onerosa do que a construção de uma edificação nova; sem contar que, em roteiros turísticos, valoriza-se muito mais o que já existe e é conservado e repudia-se a demolição em prol de novas construções. No entanto o reuso de edifícios tem sido o motivador de grandes polêmicas entre profissionais envolvidos na salvaguarda do patrimônio edificado.

Outro efeito indesejado é a “gentrificação”²¹ dos espaços turistificados. Neste processo há uma troca de usos; as atividades existentes são substituídas por outras a fim de atender as demandas do turismo. Assim, como aconteceu no Pelourinho, muitos imóveis residenciais foram transformados em espaços culturais, e a população que ali residia mudou-se para outros locais. Embora a ação tenha trazido algumas melhorias para a área central de Salvador, sabe-se que intervenções como esta possuem um impacto social bastante elevado. Elas corroboram, em casos como este, para a exclusão das classes sociais menos favorecidas da participação e vivência cultural das cidades.



Figura 5: Pelourinho, Salvador/BA. Fonte: Foto da autora



Figura 6: The Temple Bar, Dublin - Irlanda.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Temple_Bar

²¹ De acordo com BIDOU-ZACHARIASEN (2006) o termo fora empregado pela primeira vez por Ruth Glass no início dos anos sessenta, no entanto o responsável pela conceituação atual do tema foi o geógrafo Neil Smith. O tema gentrificação também é abordado por ZOLINI (2007).

Existem inúmeros casos que comprovam que a permanência de proprietários ou moradores de determinadas áreas de interesse histórico-cultural torna mais viável a preservação e reutilização dos edifícios. O caso do “The Temple Bar”, em Dublin, é prova disso²². Além de manter a população habitando os imóveis, o quarteirão cultural oferece vários tipos de serviços - bares, pubs, lojas de disco, livrarias, brechós, estúdios de artistas - uma diversidade de usos que garante a circulação permanente de pessoas. A ação mantém afastado o processo de gentrificação, evitando a retirada da população local em favor do domínio de classes sociais com maior poder de consumo. Adota o conceito de cultura que acontece cotidianamente, não apenas institucionalmente²³.

É necessário tomar cuidado para que as ações de valorização do patrimônio relacionadas ao turismo e a cultura não se tornem destruidoras e limitadoras, criando cidades e regiões dominadas pela indústria do turismo, onde prevalecem os cenários e paisagens criados intencionalmente. Choay já chamava a atenção para o fato no trecho:

Ora a cidade histórica, assim como o monumento individual, é transformada em produto de consumo cultural – reutilização ambígua, no melhor dos casos lúdica, e que dissimula sua natureza museal -, ora pode ser destinada a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu status histórico e patrimonial, mas que a ela não se subordinam. [...] O primeiro caso vê, pois, a cidade patrimonial posta em cena e convertida em cena. (CHOAY, 2006, p. 224)

O que vemos é que a associação entre turismo, espaço rural e cultura é fundamental para o desenvolvimento das pequenas propriedades, para a preservação do seu patrimônio material e imaterial, para a economia e qualidade de vida. São muitos os casos em que essa relação foi fundamental para a sobrevivência de comunidades rurais. No entanto, faz-se necessário esclarecer que essa relação necessita, acima de tudo, de equilíbrio entre as partes. Quando há predomínio de uma sobre a outra os resultados obtidos, como já demonstramos, não são os desejados.

²² MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano*. Arqtextos Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/01.003/993>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

²³ MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano*. Arqtextos Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/01.003/993>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

3. REUSO E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS

3.1 As várias possibilidades

Se a preservação é necessária, a reutilização é a melhor forma de fazê-la? Há quem discorde: Choay (2006, p. 219) afirma que a reutilização é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio, e destaca que Riegl e Giovannoni compartilhavam a ideia de que o monumento seria poupado do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpação do uso. Ambiguidade que nos parece inevitável. Mas das duas opções de deterioração citadas ainda é preferível a provocada pelo uso. Sabe-se que edifícios desocupados envelhecem muito mais depressa e soma-se a isso a necessidade de investimentos altos quando forem realizadas obras de manutenção ou restauro. A reutilização de edifícios tem a seu favor, em tese, a facilidade de arrecadação de recurso para manutenções mais frequentes, além da questão cultural e memorial imbricada nesta reutilização: a população usufrui, participa e ocupa este espaço, e assim ele permanece vivo na memória, como defende Ansaldi (2000) ao dizer que os espaços físicos não têm história se não são ocupados socialmente.



Figura 7: Panteão Romano, antes das demolições das torres em 1883. De templo pagão a igreja cristã. Fonte: <http://www.gutenberg.org/files/18845/18845-h/18845-h.htm>



Figura 8: Coliseu, anfiteatro, habitação, oficina, forte, pedreira, sede de ordens religiosas e templo cristão. Fonte: <http://www.gutenberg.org/files/18845/18845-h/18845-h.htm>

Embora o tema da reutilização seja ainda muito discutido, sua importância no processo de evolução das cidades e sítios rurais é inquestionável, principalmente

se levarmos em consideração as constantes transformações que cultura e sociedade sofrem. Em consequência dessas mudanças, alteram-se também as formas de viver, de habitar e de usar os espaços; e tudo muda para se adaptar as novas necessidades. Com as edificações ocorre, ou deveria ocorrer, o mesmo.

Aceitar a dimensão temporal da arquitetura, tanto no uso como na prática do projeto, significa reconhecer o inevitável processo de modificação através do tempo, não só por meio de processos de entropia e de usura, ou de troca de função, mas, sobretudo de mudança de significado dentro do contexto. (BRANDOLINI & CROSET *apud* GRACIA, 1992, p. 178).

E na tentativa de adaptar as antigas edificações as necessidades atuais da sociedade surgiram diversos termos usados para classificar estas intervenções. As práticas de prefixo *re* como as denominam Catafesta (2012), abrangem ações de revitalização, recuperação, reabilitação, reconversão, rearquitetura, reciclagem de uso, reuso adaptativo, entre outras. Para ela todas essas intervenções são destinadas à restituição da integridade física ou adequação de um edifício, adaptando-o a um novo uso, reaproveitando-o, protegendo-o, dando-lhe novo vigor, nova vida e viabilizando sua utilização para o novo fim (CATAFESTA, 2012, p.27). O reuso adaptativo, ou seja, usar um edifício existente adaptando-o a outro uso, talvez seja o tipo de intervenção mais comum atualmente. Não se trata apenas de reutilizar um edifício, é inserir um novo uso e adaptar a estrutura existente para que possa atender as demandas geradas pelo programa atual, à questões tecnológicas, sanitárias, funcionais e estéticas, mas mantendo a *caixa mural*, a estrutura, e as características originais.



Figura 9: Fábrica convertida em condomínio de uso misto.
Fonte: <http://www.cbhassociates.com/projects/archive/residential/developer/millrace.htm>



Figura 10: Campus da Comunicação, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Fonte: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2013/11/28/campus-de-la-comunicacio-poblenou-rqp-arquitectura/>

No entanto a reutilização também trás alguns paradoxos. Embora as possibilidades de uso sejam bastante variadas o fato é que predominam reconversões

para usos culturais – museus, centros culturais, galerias de arte, setores da administração pública, entre outros. Esta restrição programática tem provocado a saturação de espaços destinados à cultura em boa parte das cidades que se propõem a reconverter edifícios de interesse histórico. A ocupação por programas culturais é bem recebida em cidades ou regiões que não tem acesso a este tipo de atividade, porém nas grandes cidades já nota-se uma escassez de visitantes e de temas²⁴ em virtude do grande número de opções. O processo de revitalização de Puerto Madero é um caso exemplar de diversidade de uso, com universidades, setores residenciais e comerciais, o que favorece a circulação constante de pessoas em diferentes dias e horários. É necessário, portanto, que os usos dados a estes edifícios sejam mais variados, desde a reconversão em habitação, bem como em universidades, centros de capacitação, centros comerciais, entre outros. É importante entender que a reabilitação representa uma nova fase que não degrada, e sim que modifica, melhora e atribui novo significado.

3.2. Intervenções arquitetônicas

Aqui abordaremos o tema das intervenções arquitetônicas em cascos históricos, destacando a situação em áreas rurais. Como falamos anteriormente, as intervenções arquitetônicas são responsáveis pela maior parte das polêmicas e debates que envolvem a área da arquitetura e do patrimônio histórico e, de fato, é muito difícil, praticamente impossível, estabelecer padrões, leis, regras e normas a serem seguidas em todas as partes do mundo, sobretudo em virtude da variedade cultural dos povos.

O que tem se apresentado como grande gerador de polêmica no que diz respeito à reutilização de edifícios é como as intervenções adaptativas necessárias para denominados usos tem se relacionado com as preexistências. Independentemente do tipo e do nível de intervenção, ou do uso ao qual será destinado o edifício, o fato predominante é que se trata de um projeto, um novo projeto. Porém, neste caso, há condicionantes ainda mais específicos e determinantes

²⁴ Surgem novos temas a todo o momento, criados para dar um uso museal a edifícios históricos. Tudo possui grande potencial para virar museu, mesmo que não seja de fundamental relevância para a sociedade.

a considerar. Embora as cartas patrimoniais cite alguns critérios a serem seguidos é necessário compreender que para cada país, para cada região, há especificidades - clima, materiais, técnicas construtivas e culturas - que devem ser ponderados. Francisco de Gracia ressalta que “transformar um edifício, ampliá-lo, construir um novo, conectar dois ou mais existentes, etc., supõem alterar o *genius loci*” (p.178). Tais afirmações ocorrem tanto na escala urbana como na escala do edifício. Para Ignasi de Solà-Morales a intervenção arquitetônica deve ser tratada de forma exclusiva e particular a cada caso e destaca que “o projeto de uma obra de arquitetura não somente se aproxima fisicamente da que já existe, estabelecendo com ela uma relação visual e espacial, como cria uma interpretação genuína do material histórico com o qual tem que lidar²⁵”. Já Capitel considera que:

A transformação de uma arquitetura anterior aparece assim como uma operação compositiva altamente condicionada, por um lado, e necessitada de uma notável qualificação, por outro. Modificar um monumento provocando sua metamorfose será entender por completo sua configuração, apreciar seus valores e diagnosticar suas carências no âmbito de uma interpretação arquitetônica satisfatória. (CAPITEL, 1999, p. 11)

Gracia (1992, p.179) questiona ainda qual o limite entre a ação conservadora e a ação modificadora. Esse limite é muitas vezes negligenciado pelos arquitetos, e isso acarreta a produção de simulacros, principalmente em locais turistificados. Estas simulações são executadas com a finalidade de atrair o turista. No bairro de Alfama, em Lisboa, agora as casas possuem um branco puríssimo e seus telhados são perfeitamente alinhados e limpos²⁶; o Pelourinho deixou de ser branco e ocre para ser colorido; tudo isso para ficar bonito e encantador ao turista. O que se questiona é a alteração da identidade local em prol da visibilidade e da formação de uma nova marca para o setor turístico: a construção de uma nova e falsa identidade. Se essas atitudes já nos fazem questionar as intervenções em edifícios ou sítios históricos o que dizer das construções novas que imitam as antigas?

²⁵ SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi. *Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica*. In: NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 254.

²⁶ VALENÇA, Márcio Moraes. *La Gioconda, a cidade contemporânea e os centros históricos*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 117.02, Vitruvius, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3378>>.

As reconstruções, como a do Campanário de São Marcos em Veneza e o Teatro La Scala de Milão, são aceitáveis para Gracia (1998, p.179), pois reproduzem edifícios significativos para a cidade, uma vez que a ausência destes seria uma perda urbana inestimável do ponto de vista da identidade. Esses edifícios já faziam parte do espírito do lugar, compunham a identidade da cidade, eram pontos referenciais, verdadeiros monumentos para seus habitantes. Há também a reconstrução de arquiteturas exemplares do Movimento Moderno, como o Pavilhão Alemão em Barcelona, projetado por Mies e o de Sonsbeek de Gerrit Rietveld²⁷. No âmbito brasileiro um caso bastante polêmico foi a reconstrução do Cais do Sertão Luiz Gonzaga, projeto do escritório Brasil Arquitetura.



Figura 11: Campanário de São Marcos, em Veneza, reconstruído em 1912. Fonte: GRACIA, 1992, p.180.



Figura 12: Pavilhão Alemão para a Exposição Internacional de Barcelona de 1929. Fonte: PELEGRINI, 2008, p.2007.

Fato é que toda intervenção, reparadora ou modificadora, altera o edifício ou o sítio, em maior ou menor grau. São relações de inclusão, interseção ou exclusão, como as denomina Gracia (1998, p. 187), representadas por ele nas figuras a seguir: “A” representa o existente e “B” o novo, sendo que há ainda diferentes tipos de relação entre “A” e “B” e a possibilidade de criação de um elemento de ligação “C” entre os elementos “A” e “B”. Na prática isso denota uma versátil gama de opções de intervenção e aqui está o ponto principal dos debates acerca das operações em

²⁷ Questões como autenticidade, reconstruções e o valor do projeto como patrimônio são abordados por Ana Carolina Santos Pelegrini em sua tese de mestrado intitulada *Quando o projeto é patrimônio: arquitetura póstuma em questão*.

cascos históricos. Desde Viollet-le-Duc e Ruskin o assunto é polêmico; nem mesmo a flexibilidade teórica de Boito conseguiu estabelecer parâmetros de intervenção aceitáveis.

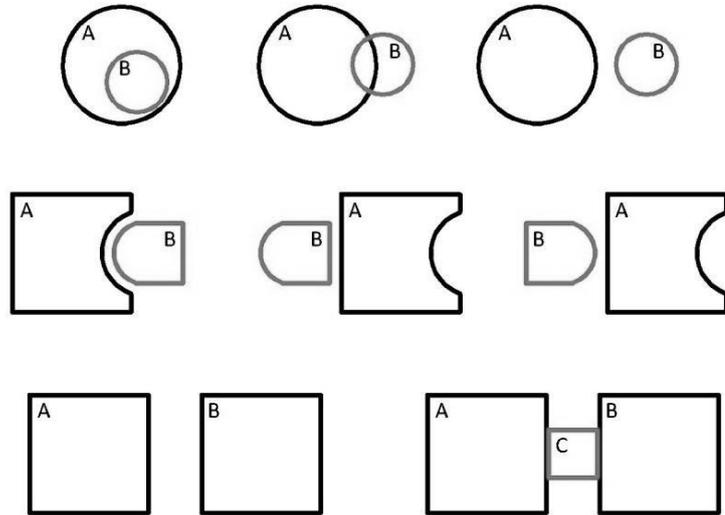


Figura 13: Relações de elementos existentes (A) e novos (B). Fonte: Adaptado de GRACIA, 1998, p. 187-188.

Assim, temos vários níveis de intervenção a que o monumento pode ser submetido. As obras de Carlo Scarpa no Castelvechio são tipicamente circunscritas, ou seja, não ultrapassam o limite do próprio edifício. São modificações internas ou, no máximo, a reconstrução de partes perdidas da construção. Embora seja relativamente antiga, a obra de Scarpa para o Castelvechio é até hoje referência para obras do gênero. O restauro ocorrido entre 1959 e 1973 realçou o interior da construção e deu notoriedade aos objetos expostos. Scarpa conseguiu fazer com que antigo e novo permanecessem em diálogo, mesmo demonstrando claramente que ambos pertencem a épocas diferentes. O modo leve com que o arquiteto trabalha os materiais e formas mantêm a uniformidade estética do conjunto; o novo valoriza o velho, o velho dá significado ao novo e ambos convivem em equilíbrio.

Também é circunscrita a intervenção para habilitação da Estação Júlio Prestes em Sala São Paulo de Concertos, projeto de Nelson Dupré, executada em 1999. O grande hall da antiga estação agora abriga uma das melhores salas de concerto do mundo. A intervenção demonstra respeito e cuidado com o existente, visto que procura evitar o contato dos novos elementos com a estrutura do edifício. Os volumes puros e prismáticos estão submissos às colunas e frisos decorados.



Figura 14: Museu de Castelvecchio, Verona. Fonte: <http://www.carloscarpa.es/Castelvecchio.html>

As intervenções que se expandem além do limite do edifício são para Gracia (1992, p.215) modificadoras do *locus*, ou seja, interferem no espírito do lugar uma vez que modificam a percepção que temos desse espaço. São exemplos desse tipo de intervenção a ampliação da Estação de Estrasburgo, ou o Conjunto KKKK, em Registro (SP), projetado pelo escritório Brasil Arquitetura. Elas alteram em maior ou menor grau o espaço externo do edifício, acrescentam ou subtraem volumes dependendo das necessidades programáticas. Normalmente são as que provocam debates mais acalorados, pois as modificações provocadas são mais evidentes do que as intervenções circunscritas.



Figura 15: Ampliação da Estação de Estrasburgo e entorno. Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gare_de_Straasbourg_2010.JPG.



Figura 16: Conjunto KKKK. Fonte: <http://www.brasilarquitectura.com/projetos.php?mn=6&mn2=31&img=08&bg=img>.

O terceiro nível de intervenção está relacionado à conformação urbana. São intervenções que “afetam diretamente o caráter morfológico de uma parte da cidade”

(GRACIA, 1992, p. 230), como é o caso do Palácio de Carlos V no Alhambra em Granada ou o Plano Voisin para Paris de Le Corbusier.

Há que acrescentar-se ainda o fato de que as intervenções desfiguradoras são resultado do despreparo dos profissionais envolvidos. Lagunes (2013) chama atenção para o fato de que os projetos não estão dialogando: temos arquitetos especialistas em restauro e arquitetos especialistas em construir novos edifícios em sítios históricos. Para ela os projetos dialogados evitariam problemas que estamos acostumados a ver nesse tipo de intervenção. E Lagunes ainda coloca:

O projeto de restauração deve voltar a ser projeto de arquitetura. Naturalmente, isso implica maior empenho, sensibilidade, competência – responsabilidade, em poucas palavras – que um projeto de novos edifícios, porque deve garantir, antes de mais nada, que esse legado do passado que nos foi entregue possa transmitir-se ao futuro com a mesma energia que o permitirá atravessar muitos outros séculos, comunicando as gerações vindouras a mesma emoção que produziu no momento em que o encontramos em nosso caminho. (LAGUNES, 2013)²⁸

A alteração do *locus* é um dos principais problemas a serem considerados no momento de intervir no patrimônio tanto em áreas urbanas consolidadas, como em áreas rurais pouco habitadas. Como Gracia (1992, p.17) salienta “se trata de como abordar o problema que supõem intervir em uma estrutura formal que irá mudar inevitavelmente, porém, ao mesmo tempo, necessita expressar-se como uma permanência”. Aborda-se a questão de como proceder as ações de adição, subtração, mudanças de uso, reconstrução, reversibilidade, reintegração²⁹ - intrínsecas ao ato de intervir.

A Recomendação de Nairóbi, de 1976, já chamava a atenção para a preservação de conjuntos históricos urbanos e rurais, atentando para os riscos da uniformização e despersonalização a que os monumentos estão expostos atualmente. De fato esses conjuntos edificados correm esse risco, mas o patrimônio localizado em meio rural possui algumas particularidades: dificuldade de valorização e de propor um

²⁸ “El proyecto de restauración debe volver a ser proyecto de arquitectura. Naturalmente, ello implica mayor empeño, sensibilidad, competencia – responsabilidad, en pocas palabras – que un proyecto de nuevos edificios, porque debe garantizar, antes que nada, que ese legado del pasado que nos ha sido entregado pueda transmitirse hacia el futuro con esa energía que le permitirá atravesar otros muchos siglos, comunicando a las generaciones venideras la misma emoción que nos produjo en el momento en que lo encontramos en nuestro camino.”

²⁹ Denominações adotadas por GONZÁLES MORENO-NAVARRO, 1999, p.66-79.

novo uso e alterações substanciais na paisagem, provocadas por intervenções arquitetônicas muitas vezes descontextualizadas. O Museu do Pão em Ilópolis é um caso que enfrenta dificuldades de gestão: seu isolamento em relação a outros atrativos prejudica a visitação. A preservação e intervenção neste patrimônio ainda são temas relativamente recentes e carentes de estudos aprofundados para os quais este trabalho tem a pretensão de colaborar.



Figura 17: Museu do Pão, Ilópolis. Fonte:
<http://www.brasilarquitetura.com/projetos.php?mn=25&mn2=92&img=006&bg=img>

SEGUNDA PARTE

O ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA

1. CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA CULTURAL

1.1 A imigração italiana no Rio Grande do Sul

Iniciada em 1870, a colonização italiana no Rio Grande do Sul tinha o objetivo de ocupar o território entre o Rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo, fornecendo mão de obra indispensável para a produção agrícola, visto que as leis extinguiram de forma gradativa a escravidão. Entre 1875 e 1914, aproximadamente setenta e seis mil imigrantes italianos entraram no Estado, sendo que no ano de 1891 registrou o maior contingente, cerca de nove mil deles. Saídos da Europa devido à ausência de oportunidades, esses imigrantes foram instalados em zonas de mata (Encosta Superior do Nordeste) entre os Campos de Cima da Serra, a Depressão Central e a Campanha. Estas zonas de mata eram pouco ocupadas devido ao interesse das demais colonizações na produção de gado e trigo, que ocupavam regiões com relevo menos acidentado e terras mais férteis.



Figura 18: Mapa de localização de Bento Gonçalves e Pipa Pórtico. Fonte: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>

No período entre 1870 e 1877 foram criadas quatro colônias imperiais: Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins, esta última na região central do Estado. Organizadas em linhas que obedeciam a um traçado com eixos Norte-Sul e Leste-Oeste, cada uma delas recebia um nome. Essas linhas eram divididas em lotes e sobre esses eram assentadas as famílias, fato que ocorria depois de alguns meses de espera. Os lotes eram comprados do governo, bem como as ferramentas para o trabalho, sementes e um pouco de alimento, tudo lançado como dívida ao Governo Imperial a ser paga no prazo máximo de dez anos.

A colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, foi dividida em quinze linhas: Palmeiro, Argemira, Estrada Geral, Zamith, Jacinto, Faria Lemos, Leopoldina, Sede, Lima Fernandes, Eulália, Alcântara, Paulina e Jansen (GIRON, 2007, p. 53). Seu povoamento iniciou em 24 de maio de 1870, com a chegada de imigrantes alemães e franceses. Somente a partir de 1875 chegaram os primeiros imigrantes italianos provenientes, em sua maioria, do norte da Itália. Antes de serem assentados nos lotes adquiridos do governo, os imigrantes eram abrigados em barracões feitos pela Comissão de Terras. Um desses abrigos foi instalado a beira de um arroio na linha Palmeiro, que recebeu este nome em homenagem a seu demarcador, o Eng. Major José Maria de Fontoura Palmeiro, hoje ocupado por parte do bairro de nome Barracão, assim intitulado por fazer alusão aos barracões de assentamento dos imigrantes.



Figura 19: Vista da Comunidade de São Pedro, na Linha Palmeiro, em 1950. Fonte: <http://www.caminhosdepedra.org.br/pt/?pg=historico>

A linha Palmeiro, que inicialmente não passava de um caminho tortuoso em meio à mata, era a única ligação entre a Colônia Dona Isabel e a Colônia Caxias (atual Caxias do Sul). Gradualmente foi se tornando uma estrada carroçável através da qual os imigrantes vendiam suas diárias ao governo, que descontava os valores da dívida adquirida quando da compra dos lotes e ferramentas para o trabalho. Ao longo do trecho foram sendo construídas inúmeras residências em pedra, madeira ou alvenaria, além de instalações comerciais como ferrarias, moinhos e serrarias. Por volta de 1877 havia 21 casas de pedra e cerca de 40 de madeira. Conforme Giron (2007), em 1884 o governo imperial determinou que as Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel passassem ao regime comum das outras povoações do Império, tornando-as distrito de Montenegro. Em 1885, quando sua população, quase toda composta por italianos e seus descendentes, já estava próxima de 20 mil habitantes, a Colônia Dona Isabel foi elevada à condição de Vila; e com a queda do Império passou a denominar-se Bento Gonçalves.

Como as terras dessas colônias não eram tão férteis como as das colônias alemãs, o que convergiu com a adoção do sistema de rotação de terras e não de culturas (modelo agrícola europeu), o solo tornou-se pouco produtivo para o plantio do milho, principal cultura de sustentação italiana. O grão era utilizado para a criação de animais e a matéria-prima da polenta, base da alimentação do colono. Por conseguinte, tornou-se necessário o plantio de novas culturas, como trigo, centeio, cevada, feijão, batata-doce, mandioca e arroz. O plantio de frutas de clima temperado - uvas, marmelos, peras e maçãs - era frequente na região. A implantação posterior de vinhas, principalmente a variedade Isabel, propiciou o progresso da vitivinicultura, tornando a atividade permanente e principal produto comercial local. Inicialmente doméstico, o fabrico do vinho desenvolveu-se nas cantinas, onde o processo de elaboração era manual e o esmagamento das uvas feito com os pés. Com o crescimento da produção foram criadas cooperativas, fortalecendo a economia agrária colonial e incentivando a busca por uma emancipação econômica dos imigrantes. A cultura do vime, da erva-mate e a extração de madeira foram atividades que cooperaram para o desenvolvimento econômico dos imigrantes, propiciado pelas famílias numerosas que proviam mão de obra gratuita e espontânea (GIRON, 2007).

A economia desenvolveu-se, as áreas urbanas cresceram e a vida nas áreas rurais tornou-se difícil. Com a modernização da produção agrícola e a dificuldade de prover sustento somente com as atividades realizadas nas pequenas propriedades, gradualmente os colonos abandonaram suas residências e partiram para a cidade, deixando para trás seus costumes, cultura e bens construídos. Esses bens construídos eram, em sua maioria, edifícios residenciais, galpões e alguns edifícios de serviços, construídos em pedra, alvenaria de tijolos maciços ou madeira. Geralmente possuíam apenas um pavimento, com piso de chão batido e cobertura em telha cerâmica. As esquadrias eram em madeira, sendo que poucas possuíam vidros. Alguns elementos decorativos, como lambrequins e guarda-corpos trabalhados eram encontrados nas casas de famílias mais prósperas.

Atualmente Bento Gonçalves possui cerca de 111.000 habitantes³⁰ e área territorial de 381,95 km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010) é de 0,778. Seu produto interno bruto provém, em maior parte dos serviços, seguido da indústria e da agropecuária. A indústria moveleira e a vitivinícola, conjuntamente com a de alimentos e metalurgia colocam o município como uma das dez maiores economias do estado, garantindo PIB per capita de R\$ 30.877,32. A tradição da vitivinicultura dá ao município o título de “capital brasileira do vinho”, já que é a maior produtora de vinhos e derivados de uva do país. Tradição que lhe proporcionou ser a primeira região do país a obter a “indicação de procedência” para a produção vinícola do Vale dos Vinhedos.

1.2 O roteiro turístico “Caminhos de Pedra”

Por volta de 1987, foi realizado no município um levantamento do acervo arquitetônico nas áreas rurais, o qual constatou a existência de inúmeras casas antigas que conservavam a cultura e história da imigração italiana. A maior parte deste acervo encontrava-se nas Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, Distrito de São Pedro, composto por sete comunidades - São Pedro, São Miguel, Barracão, São José da Busa, Cruzeiro,

³⁰ De acordo com o censo do IBGE divulgado em 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430210&search=rio-grande-do-sul|bento-goncalves>>. Acesso em: 17 abril 2014.

Santo Antônio e Santo Antoninho. Essas edificações possuíam fácil acesso e grande potencial turístico. A situação de abandono em que se encontravam vinha desde a década de 1970, quando o traçado da rodovia que ligava Porto Alegre ao norte do estado foi alterado. Influenciados pelas difíceis condições de vida na zona rural e a promessa de melhores condições das áreas urbanas, estes agricultores abandonaram suas atividades e partiram para a cidade, deixando um rico acervo arquitetônico, descoberto anos mais tarde.

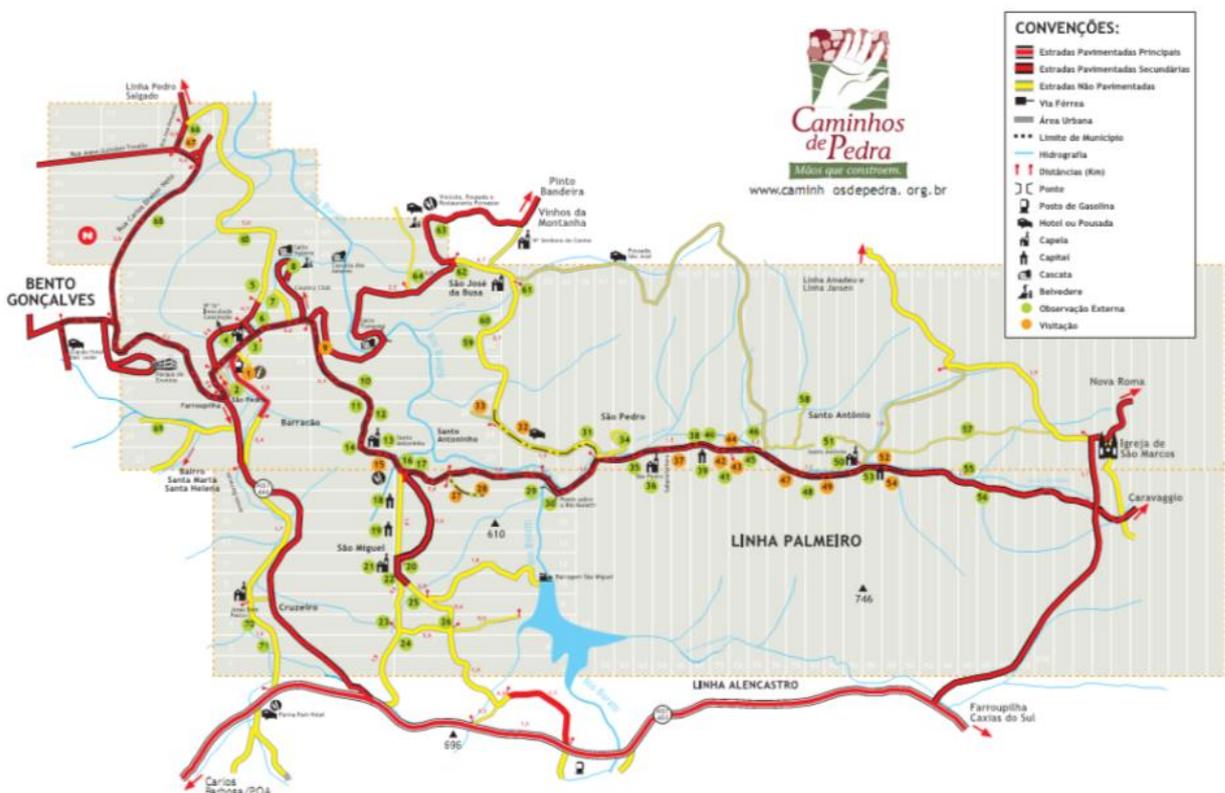


Figura 20: Mapa roteiro turístico "Caminhos de Pedra". Fonte: www.caminhosdepedra.org.br

Tendo em vista o grande potencial encontrado, o Engenheiro Tarcísio Vasco Michelin e o Arquiteto Júlio Posenato idealizaram o roteiro turístico, inicialmente denominado Colônia São Pedro, com a finalidade de resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram à Serra Gaúcha. No entanto, ações rápidas eram necessárias para evitar que se perdessem mais exemplares desta arquitetura que sofria os danos provocados pelo tempo e o abandono, como ocorrera com tantas outras casas de pedra, madeira ou alvenaria, que ruíram ou foram demolidas. Com recursos advindos de uma rede de hotéis local, de propriedade do Engenheiro Tarcísio Michelin, foram restauradas as quatro primeiras casas (Casa

Merlo, Casa Bertarello, Ferraria Ferri e Cantina Strapazzon), as quais passaram a receber visitantes em 30 de maio de 1992.

Os moradores de São Pedro, em sua maioria produtores rurais com atividade baseada na monocultura da uva, viam-se sem perspectivas de receber os valores referentes às três últimas safras do produto, entregues à Cooperativa Aurora que havia decretado falência. Mesmo com poucos recursos financeiros estes agricultores ofereceram resistência à implantação de atividades turísticas em suas propriedades, opinião que só mudou quando receberam incentivos financeiros da rede hoteleira, e também pelo desejo das mulheres de terem a oportunidade de trabalhar e prover sustento de uma atividade menos árdua e desvalorizada do que o trabalho agrícola (FÁVERO, 2000).

Quando idealizou o roteiro, Júlio Posenato definiu como objetivo principal a educação da comunidade do Distrito de São Pedro para o resgate e a valorização da história e do patrimônio cultural herdado dos imigrantes, assim como a gestão deste patrimônio. O projeto passou por estudos de viabilidade econômica e contou com assessoria cultural. Resgataram-se atividades de artesãos aposentados, que transmitiram seus conhecimentos aos mais jovens, montou-se a banda musical, o grupo de dança italiana, a orquestra de câmara, o grupo de flauta doce, o coro e o grupo de teatro, também sendo preservado o dialeto “talian”³¹.

O sucesso do roteiro animou idealizadores e comunidade. Em 10 de julho de 1997, contando com a assessoria do SEBRAE, fundaram a Associação Caminhos de Pedra. Elaborou-se então, um projeto que visava, além da preservação do acervo arquitetônico, o resgate do patrimônio cultural – língua, folclore, arte, habilidades manuais e outras expressões. Em 10 de agosto de 1998 o Conselho Estadual de Cultura aprovou o projeto que passou a captar recursos das empresas locais através da Lei de Incentivo a Cultura (LIC). Atualmente o roteiro possui 15 pontos de visitação e 56 pontos de observação externa, recebendo em média 60.000 turistas por ano, sendo declarado patrimônio histórico do Rio Grande do Sul através da Lei Estadual

³¹ Informações sobre a história do roteiro estão disponíveis na página do Caminhos de Pedra (<http://www.caminhosdepedra.org.br>).

13.177/09. É também considerado “museu vivo” por possuir o maior acervo arquitetônico da imigração italiana em meio rural do Brasil, e por sua preocupação em preservar o patrimônio material e imaterial local. Esta região, que foi colônia de imigrantes italianos, é digna de ser preservada, e pode ser considerada monumento histórico, resguardadas as proporções. Segundo a Carta de Veneza:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estendem-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964).

No caso do roteiro em estudo, a atividade turística ganhou força a partir do momento em que o agricultor de origem italiana reconheceu em si valores nunca antes explorados. Incentivados a receber turistas em suas propriedades e a convidá-los a conhecer mais sobre sua cultura, seus costumes e sua vida rotineira, esses indivíduos passaram a preservar e valorizar seu patrimônio, de maneira sustentável e natural. Essa preservação cresceu e a preocupação em fazer isso de maneira correta tornou-se uma busca constante nas famílias que participam do roteiro. Atualmente o circuito conta com um programa de educação patrimonial para crianças, buscando repassar a cultura italiana dos antepassados às gerações futuras. As crianças participam de atividades culturais em grupos de dança, teatro, bandas musicais, entre outras. Também procuram ensinar o dialeto local, o “talian”, muito falado pelos avôs e que poucas crianças e adolescentes praticam atualmente. A apropriação social do patrimônio, como ocorreu aqui, garante a preservação dos costumes desse povo, passando-o de geração em geração.

Com o crescimento e o desenvolvimento do turismo nessa comunidade, muitas famílias retornaram da cidade e passaram a desenvolver atividades em suas propriedades. Diante das ameaças representadas pelo crescimento das áreas urbanas, recentemente o IPHAE decretou o tombamento provisório desta paisagem. A área tombada englobaria as Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, no município de Bento Gonçalves e Farroupilha, respectivamente. Porém, em virtude das fortes reações contrárias ao tombamento provenientes de ambos os municípios, provocadas pelos impedimentos e limitações que importaria a qualquer empreendimento que fosse

desenvolvido no local, o diretor do IPURB (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves) solicitou ao IPHAE que o processo fosse arquivado. Ambos os órgãos concordam que o tombamento desta paisagem só poderá ocorrer quando as administrações de todos os municípios envolvidos desenvolverem planos de uso que estejam de acordo com as leis municipais que regem cada uma das regiões. Outro problema que reforça a necessidade de um tempo maior para estudos é o fato de a área possuir diferentes usos: industrial, urbana e rural, para os quais é necessário um planejamento específico que se adapte a cada uso proposto, atendendo tanto questões referentes à salvaguarda da paisagem quanto ao desenvolvimento econômico e social³².

2. ANÁLISE DOS CASOS

No roteiro, como já falamos anteriormente, existem pontos de visitação e pontos de observação. Os pontos de visitação possuem atividade comercial ou de serviços para atendimento ao turista. Os pontos de observação são apenas para apreciação da paisagem e das edificações. Embora o roteiro seja composto por sete comunidades (São Pedro, São Miguel, Barracão, São José da Busa, Cruzeiro, Santo Antônio e Santo Antoninho), os pontos de visitação estão concentrados em apenas quatro delas: Barracão (2), São Pedro (7), Santo Antoninho (5) e Santo Antônio (5). As demais comunidades possuem, até então, apenas pontos de observação.

O roteiro caracteriza-se por possuir, predominantemente, edifícios residenciais de um pavimento e granaro nas casas construídas em pedra; e até três pavimentos com sótão nas casas em madeira. Todas as edificações são propriedade particular, sendo a única exceção a Casa Merlin, que atualmente funciona em regime de comodato para a Associação Caminhos de Pedra.

³² As notícias sobre o tombamento provisório e a solicitação de arquivamento do processo podem ser visualizadas a partir dos links: < http://www.caminhosdepedra.org.br/pt/?pg=noticias¬i_id=322&pg_pagin=2 > e < <http://www.serranossa.com.br/editorias/politica/estado-arquiva-tombamento-dos-caminhos-de-pedra/> > .

2.1 Pontos de Visitação

2.1.1 A Casa Merlo

A Casa Merlo, atualmente denominada Casa Righesso, construída em 1889³³, foi umas das primeiras casas a receber turistas em 1992. Com o falecimento dos Merlo a casa foi fechada e permaneceu como depósito por alguns anos. Depois de ser comprada por Orlando Righesso, foi restaurada e atualmente abriga a Salumeria Caminhos de Pedra.



Figura 21: Casa Merlo. Foto da autora.

As intervenções realizadas para que pudesse receber novo uso foram bastante contidas, resumindo-se a substituição de algumas vigas do telhado e de tábuas do piso em mau estado de conservação. A intervenção mais invasiva foi à implantação de banheiros internos readequando um existente e inserindo outro; e também uma escada em madeira que foi substituída por apresentar degraus muito inclinados. Nas fachadas notam-se apenas a adição de duas pequenas proteções sobre as portas de acesso, materializadas em madeira e vidro.

³³ A casa foi comprada por Ângelo Righesso em 1902. A partir de 1924 passou a ser propriedade dos Merlo até 2007, quando o neto de Ângelo adquiriu a casa, trocando seu nome.

O entorno da edificação sofreu algumas alterações consideráveis. Havia entre a casa de pedra e a rodovia uma casa de alvenaria, utilizada como residência. Esta casa foi demolida e em seu lugar hoje há um estacionamento. Também foram feitas algumas contenções no terreno usando a técnica das taipas de pedra. A via não pavimentada que passa em frente à salumeria foi parcialmente coberta com basalto preto para facilitar a circulação dos turistas. Nas proximidades há uma casa de alvenaria, cuja via de acesso é em concreto, via esta que passa próximo a casa de pedra.

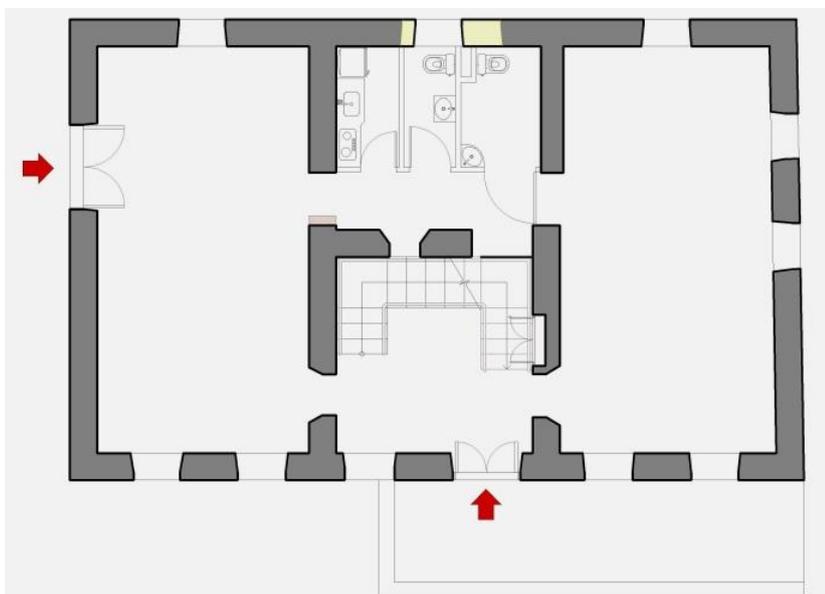


Figura 22: Planta baixa Casa Merlo, uso atual. Fonte: Ultramar Arquitetos.

O locatário afirma estar satisfeito com a atividade turística, mas salienta que ainda é bastante sazonal, visto que o inverno é a época em que recebem o maior número de visitantes, e o restante do ano ainda é pouco movimentado. Para ele seria necessário realizar mais eventos que atráíssem turistas para que a sazonalidade fosse superada e a atividade turística passasse a ser a principal fonte de renda dos proprietários.

2.1.2 Casa Cantelli Menor

A casa de pedra pertencente à família de José Cantelli está localizada na Linha Palmeiro, Distrito de São Pedro. Enquadra-se no período do apogeu das construções em pedra, de acordo com Posenato (1983, p.139), onde era comum encontrar casas de até quatro pavimentos, algumas com poucos elementos

decorativos, outras com emprego de ornamentação em madeira ou tijolos. O prédio faz parte de um complexo de edificações: tanque, forno, galinheiro e casa nova, adotada como residência oficial, relegando à casa de pedra a função de estábulo, posteriormente utilizada como galpão e nos últimos anos como depósito. Possui um pavimento e sótão, com cobertura em telha cerâmica tipo francesa. Havia ainda um alpendre em madeira com cobertura da mesma telha, que ruiu com o tempo.



Figura 23: Vista frontal Casa Cantelli Menor antes da reabilitação. Fonte: Acervo Arq. Fernando Oltramari.

A construção data de 1878, executada pela família de Sebastiano De Marchi. As paredes externas em alvenaria de pedras possuem cunhais diferenciados. As paredes internas são em madeira, sem pintura. As esquadrias marcadas por vergas simples³⁴ de madeira com ângulos retos ocupam todo o vão na largura das paredes; as do pavimento térreo mantêm, aproximadamente, o mesmo tamanho, enquanto que as do sótão apresentam altura diminuta. As janelas e portas do térreo possuem fechamento em madeira contraplacada³⁵, enquanto que as do pavimento superior não possuem fechamento. Apenas sobre a porta há verga dupla e bandeira com vão aberto. Há também uma janela da fachada norte que possui verga dupla. Nota-se simetria da distribuição dos vãos, tendo como eixo a porta principal. A estrutura do telhado é bastante simplificada, com tesouras formadas por tirantes e caibros,

³⁴ Havia também vergas duplas, como exemplifica Posenato (1983, p. 485-486).

³⁵ A expressão foi cunhada por Júlio Posenato para definir o tipo de esquadria formado por duas camadas de madeira, uma vertical e outra horizontal ou inclinada (POSENATO, 1983, p.432).

contraventadas em altura suficiente para permitir o uso do sótão como granaro³⁶. O piso do térreo é de chão batido, enquanto que o do sótão é em madeira.

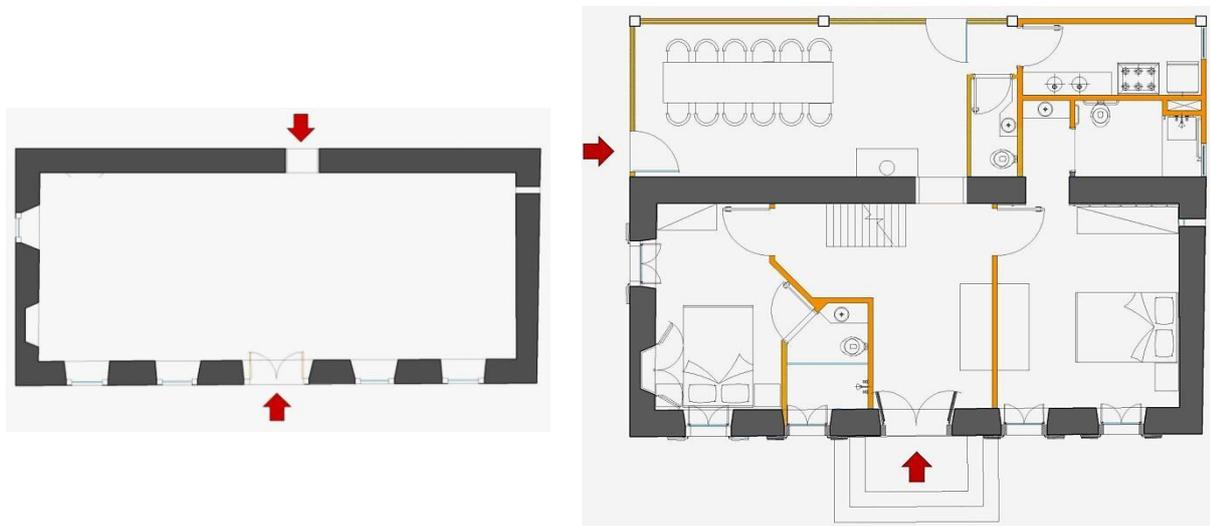


Figura 24: Planta baixa térreo antes (direita) e depois da intervenção. Fonte: Oltramari Arquitetos

Em bom estado de conservação, a edificação mostrou-se bastante atraente para a atividade turística. A ideia de reutilizar a edificação partiu do proprietário que, juntamente com a Associação Caminhos de Pedra, optou por fazer uma pousada. O programa contava com duas suítes no pavimento térreo, sendo um para portadores de necessidades especiais; cozinha, lavabo e sala de convívio com mesa de jantar ocupavam o alpendre; no sótão ficaram uma suíte e uma sala de estar com possibilidade de transformar-se em dormitório.

³⁶ Granaro é a denominação utilizada pelos imigrantes para o sótão quando este era utilizado para armazenar e secar os grãos.



Figura 25: Casa Cantelli Menor após reabilitação. Fonte: <http://www.pousadacantelli.com.br/pousada>

O edifício foi reabilitado para a nova função: houve contenção e reposição de peças faltantes nas paredes de pedra; trocaram-se algumas vergas que estavam deterioradas, bem como algumas folhas de fechamento das janelas; no sótão as mesmas foram fechadas com vidro temperado. O piso do pavimento térreo recebeu tábuas de madeira e o pavimento superior teve poucas peças substituídas, mantendo a aparência existente; abriram-se janelas nos oitões para melhor ventilar os espaços que foram instalados no andar superior; o alpendre que havia ruído foi reconstruído utilizando novos sistemas construtivos, como o gesso acartonado e placas cimentícias; a cobertura teve algumas telhas substituídas e o sótão recebeu forro em madeira de reflorestamento tratada. As paredes internas foram relocadas, e as novas foram feitas em gesso acartonado.



Figura 26: Casa Cantelli Menor atualmente. Foto da autora.

A pousada recebeu seus primeiros hospedes em junho de 2011. Na Figura 25 observa-se que os materiais utilizados ainda apresentam seu aspecto novo, mas na foto mais recente nota-se o envelhecimento do material, que proporciona ao edifício uma aparência mais autêntica. O alpendre reconstruído possui cor contrastante com a parede de pedra, numa tentativa de diferenciar o novo do existente. De acordo com o proprietário, a renda familiar aumentou consideravelmente, visto que a receita gerada com a vitivinicultura e o turismo (pousada) praticamente se equivale.

2.1.3 Casa das Massas e do Artesanato

A Casa das Massas e do Artesanato ocupa uma residência de madeira originalmente localizada no interior de Farroupilha, pertencente à família Dal Pizzol, que a construiu em 1910. A morada foi vendida, desmontada e reconstruída na comunidade de São Pedro pela família Tomasi. Funciona desde 2005 atendendo turistas que visitam o roteiro.

A edificação possui dois blocos principais em madeira, um com dois pavimentos e outro térreo, interligados por elemento coberto, todos apoiados sobre base de pedras irregulares. A cobertura em telha cerâmica é bastante inclinada,

obedecendo a tradição construtiva local. Alguns elementos decorativos cuidadosamente trabalhados são empregados em determinados pontos do edifício, tais como lambrequins, beirais do elemento de proteção do acesso principal e no corredor de ligação entre os blocos, e guarda corpos das escadas e rampas. As esquadrias possuem um desenho simples e tradicional, mantendo alinhamentos e obedecendo simetrias. A implantação é perpendicular à via próxima, ocupando patamar superior ao nível da estrada.



Figura 27: Casa das Massas e do Artesanato vista geral e detalhes construtivos. Foto da autora.

No pavimento térreo opera uma loja de souvenirs e artesanato feitos na comunidade. No pavimento superior há um pequeno museu com antigas ferramentas usadas pelos artesãos. Na cozinha, que fica em anexo posterior³⁷, fabricam-se artesanalmente as massas típicas italianas como o tortei, o capeletti e outras variedades. A atividade turística foi vista pela família como uma oportunidade para aliar a cultura familiar da produção de massas e artesanato ao turismo. Mesmo que os proprietários estejam satisfeitos com o resultado que a atividade tem apresentado, a renda principal da família permanece sendo a produção agrícola.

³⁷ Era comum encontrar casas onde a cozinha ficava em um bloco anexo, afastado do corpo principal da casa para evitar que, quando por desgraça a cozinha incendiasse o restante da casa poderia ser salvo demolindo o corredor que ligava os dois blocos.

2.1.4 Casa da Tecelagem

A Casa da Tecelagem, tal como a Casa das Massas, foi desmontada e reconstruída em outro lugar. A edificação original pertencia a Ângelo Giacomini que a construiu em 1915 no interior de Flores da Cunha. Em 2004 foi reconstruída na comunidade de São Pedro, mantendo todas as características originais, exceto a adição do porão em pedras irregulares.



Figura 28: Casa da Tecelagem. Foto da autora.

É uma casa típica da arquitetura tradicional do imigrante italiano, com base de alvenaria e os demais pavimentos em madeira. Constitui-se em dois blocos, um maior com dois pavimentos e outro menor de apenas um pavimento; esses blocos são interligados por um corredor coberto e apoiados sobre paredes de pedra. Mantem a telha cerâmica francesa com inclinação típica, e ritmo e simetria das esquadrias. Alguns aspectos decorativos que merecem atenção são: a porta em madeira contraplacada, e guarda-corpos e lambrequins trabalhados em madeira. A edificação estende-se paralela ao longo da via asfaltada, destacando-se pelo seu porte e materialidade.

Nela funciona desde 2008 a produção manual de tecidos de propriedade da família de Justina Foresti. Como a produção de tecidos já fazia parte da cultura

familiar, os proprietários aceitaram participar do roteiro e hoje a tecelagem é a principal fonte de renda da família, estando muito satisfeitos com a atividade desenvolvida.

2.1.5 Casa Vanni

A Casa Vanni é uma casa mista, com porão de pedras regulares, dois pavimentos em madeira e anexo lateral em alvenaria rebocada, construída em 1935 por Pietro Strapazzon. Em 1975 o segundo pavimento foi removido, sendo reconstruído em 1996, quando restaurada pelo projeto Caminhos de Pedra³⁸. Mantém características típicas dessa arquitetura autóctone, com telhas cerâmicas e metálicas, esquadrias em madeira que obedecem um ritmo e simetrias quase precisos. Não possui elementos decorativos em destaque como nos últimos dois casos. Esta implantada paralela e próxima à via, mas possui espaço posterior atraente, com grama e sombra onde o visitante desfruta os serviços oferecidos. Na casa que pertence atualmente à família Vanni funciona desde 2008 um restaurante; no ano seguinte passou a funcionar também um café.



Figura 29: Casa Vanni antes do restauro . Fonte: Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul



Figura 30: Casa Vanni atualmente. Foto da autora.

2.1.6 Casa da Ovelha

A Casa da Ovelha também foi realocada. Originalmente encontrava-se a cerca de cem metros de sua localização atual, ao lado da Igreja de São Pedro, na comunidade de mesmo nome. A casa antiga de madeira construída em 1917 era

³⁸ A Figura 22 foi extraída das fichas do Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul, realizado pela prefeitura municipal de Bento Gonçalves em parceria com o IPHAE, registrada com o código PRS/94-0034. 000006. De acordo com informações do IPHAE, estas fichas não foram publicadas.

ocupada por restaurante e hotel, quando a comunidade local ainda era bastante próspera e o tráfego na rodovia intenso. Em 2000, quando foi realocada, passou a pertencer ao Hotel Dall'Onder, recebendo um porão em pedras regulares onde funciona o varejo do estabelecimento. O salão principal é utilizado para a recepção dos turistas. É um edifício formado por dois blocos contíguos de dois e três pavimentos, ambos com sótão. A cobertura é em telha metálica, mas permanece utilizando inclinação acentuada. É uma das poucas casas em madeira que recebe pintura, sendo que as cores utilizadas já lhe dão certa identidade. Os elementos decorativos aparecem em maior quantidade; temos arcos abatidos em tijolos maciços nas esquadrias do porão e lambrequins na varanda no pavimento superior. A varanda também é um elemento especial, dificilmente encontrado em edificações de pequeno porte.



Figura 31: Casa da Ovelha (direita) e Parque da Ovelha. Fonte: Foto da autora.

O Parque da Ovelha é outro atrativo que faz parte do roteiro. No amplo espaço posterior à Casa da Ovelha são realizadas atividades típicas de uma fazenda de ovinos: ordenha, tosquia, amamentação, pastoreio com cães, passeio de tuc-tuc³⁹ e degustação de produtos, todas abertas para a apreciação e participação do turista.

³⁹ O tuc-tuc é uma espécie de trator pequeno, comum na região e muito utilizado na colheita da uva por facilitar o acesso aos parreirais, visto que é um veículo baixo.

As atividades desenvolvidas têm como objetivo o envolvimento de toda a família, especialmente as crianças, aproximando-os das lides rurais e oferecendo atrativo diferenciado ao roteiro, já que grande parte dos estabelecimentos oferecem atividades voltadas apenas para adultos.⁴⁰

2.1.7 Casa dos Doces Predebom

Na parte alta da comunidade do Barracão o crescimento urbano não chegou com a mesma voracidade que mostra ter nas proximidades das Casas Bianchi e Luchese, que serão apresentadas mais tarde, e dali ainda pode-se observar, sem dificuldades, a paisagem do Vale do Rio Burati. Nesta paisagem encontra-se a Casa dos Doces Predebom, agroindústria que prepara doces de frutas que fazem parte da tradição da família há mais de 45 anos. O conjunto é formado por duas edificações: a residência, construída por volta de 1950, tem porão de pedra e primeiro pavimento em alvenaria rebocada, sendo o porão ocupado também para a venda dos doces⁴¹; e a cozinha onde se processam as frutas é de construção mais recente, cerca de 13 anos.



Figura 32: Casa dos Doces Predebom, conjunto cozinha e residência. Foto da autora.

A cozinha é uma construção em tijolos maciços aparentes, coberta por telhas cerâmicas tipo francesa, em quatro águas. Possui um ritmo nas esquadrias que remete ao modo equilibrado das construções típicas da imigração italiana na região; e,

⁴⁰ Informações obtidas em contato via e-mail com Rodrigo Ricieri, responsável pelo setor de eventos, comunicação e marketing da Casa da Ovelha, na data de 06 de março de 2014.

⁴¹ A maior parte das vendas é para mercados da região, o turismo representa a menor parte dos lucros.

de certa forma, procura manter o ritmo e a proporção de cheios e vazios que a residência possui. Trata-se de uma nova edificação “contextual”, que não falsifica a paisagem, mas se mantém tipologicamente integrada ao contexto. É mimética no limite, sem extrapolar para a “fantasia”.

Embora a fábrica dos doces apareça em destaque nas propagandas e folhetos do roteiro, a casa principal também possui interesse arquitetônico para o contexto, embora de construção modesta. Esta tipologia edilícia foi bastante utilizada nos anos 1950, fruto da evolução (ou involução) dos sistemas construtivos locais e de influências externas. Os novos métodos de construção tornaram obsoletos os antigos sistemas, provocando a perda de uma forma de construir empírica e a consequente falta de um repertório de soluções mais proporcionais. É válida a inclusão desses exemplares nas políticas locais de preservação, visto que representam, como já comentamos, a evolução dos meios de construir e das tipologias arquitetônicas locais. É interessante destacar que a residência é moradia dos descendentes da família Predebom até os dias atuais. Infelizmente poucas ainda mantêm as características originais, sendo que algumas se encontram em precário estado de conservação.

2.2 Pontos de Observação

2.2.1 Casa Luchese

A comunidade de Barracão é a mais próxima da cidade e a que sofre mais agressivamente a descaracterização de sua paisagem devido ao avanço das áreas urbanas. Nela estão distribuídos doze pontos turísticos, sendo apenas dois para visitação: Lovara Vinhos Finos e Casa dos Doces Predebom. Os demais atrativos são apenas para observação e se veem cada dia mais cercados por edificações com tipologias contemporâneas diversas.

A casa Luchese, por exemplo, encontra-se implantada em entorno que a desvaloriza. A família não a reconhece como edificação de valor histórico, e isso se atesta pela presença de uma residência construída recentemente na área em frente ao edifício, sem oferecer qualquer relação com o existente e dificultando sua completa

visualização. Outro fato que confirma esse desinteresse pelo patrimônio se demonstra na vontade de demolir o edifício. Esse mesmo posicionamento por pouco não causou a perda de um belo exemplar da arquitetura em pedra. A Casa Bianchi teve sua parede posterior quase toda arruinada, a parede frontal ruiu parcialmente, restando intactas apenas as paredes laterais. Somente após a Associação Caminhos de Pedra intervir e intimar o proprietário a restaurar o edifício é que ocorreu a contenção das paredes.



Figura 33: Casa Luchese, foto do site do Caminhos de Pedra.
Fonte: www.caminhosdepetra.com.br



Figura 34: Casa Luchese (ao fundo), vista do entorno a partir do acesso. Situação em junho de 2014. Foto da autora.

2.2.2 Casa Bianchi

A Casa Bianchi é uma edificação construída por volta de 1877 pela família de mesmo nome. O primeiro restauro ocorreu há alguns anos, mas por permanecer em desuso mesmo após sua reabilitação, a edificação voltou a ruir. O projeto feito após intimação previa ali o funcionamento de uma salumeria, administrada por terceiro. A intervenção propunha a criação de um bloco anexo, que ocupava os fundos e parte da lateral da edificação. As paredes foram contidas com vigas de concreto, que seriam posteriormente revestidas com placas cimentícias. Seriam mantidos os vãos das janelas e portas como eram originalmente. O anexo posterior aproveitaria duas paredes existentes em pedras e as demais vedações seriam no sistema *Dry-Wall*, com placas cimentícias nas paredes externas. A tipologia permaneceria remetendo à arquitetura típica da região, com coberturas bastante inclinadas e beirais de cachorrada, além de utilizar a madeira nas estruturas dos telhados.



Figura 35: Casa Bianchi em maio de 2008 (esquerda) e abril de 2011. Fonte: Arquivo Oltramari Arquitetos.

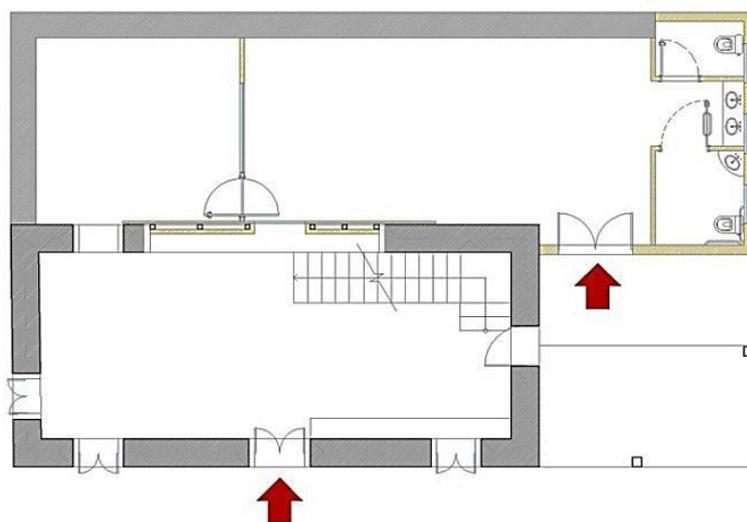


Figura 36: Planta Casa Bianchi, atendendo às necessidades de uma salumeria.
Fonte: Oltramari Arquitetos.

No entanto, após parte das placas cimentícias da elevação frontal já estarem instaladas, o proprietário decidiu adotar outra solução para a fachada e também dar outro uso ao edifício. A salumeria passou a ser pizzeria; as paredes onde foram necessárias contenções em concreto serão revestidas com pedra igual a existente; todo o sistema *Dry-Wall* será removido e substituído por paredes de alvenaria; haverá também uma ampliação de área em relação ao projeto anterior para instalação de cozinha que atenda as necessidades da pizzeria⁴².

⁴² As plantas e dados sobre o novo projeto foram solicitados junto ao escritório responsável, que não retorno nosso contato.



Figura 37: Casa Bianchi, atualmente. Foto da autora.

2.2.3 Casa Comiotto

Já pertencendo à comunidade de São Pedro, a Casa Comiotto, construída em 1938, destaca-se isolada na paisagem. Possui uma arquitetura relativamente imponente devido ao seu tamanho e localização. É um dos poucos exemplares em alvenaria de tijolos. Suas paredes externas eram rebocadas, mas a remoção do revestimento tornou-a ainda mais atraente devido à rusticidade resultante e ao contraste com a paisagem. As técnicas construtivas empregadas na edificação demonstram a modernidade que já chegava àquela região: o porão em pedras regulares e arcos romanos sobre as esquadrias surpreende ao apresentar uma viga de concreto, material muito pouco utilizado nas construções locais naquele período.



Figura 38: Casa Comiotto, fachada norte (esquerda) e sul. Foto da autora.

2.2.4 Cantina De Paris

A cantina De Paris está localizada na comunidade de São Miguel e é apenas ponto de observação. É uma construção mista datada de 1912, pertenceu à família Dal Vesco até 1920, quando foi adquirida pela família De Paris. É composta por três blocos contíguos. O primeiro é em madeira e possui dois pavimentos e sótão, além de um anexo posterior. O segundo é em alvenaria rebocada com apenas um pavimento, utilizado como residência. E o terceiro, anexado em 1935, também em alvenaria rebocada, abriga as instalações da cantina. É uma bela construção, aparentemente bem conservada, inserida em paisagem bastante atraente, num dos pontos mais altos da comunidade. As cores utilizadas e as características do local lhe dão um aspecto pitoresco.



Figura 39: Cantina De Paris. Foto da autora.

No entanto, há uma construção nova que abrigará a residência da família. O edifício não apresenta nenhuma relação com as demais edificações da propriedade: é uma casa de alvenaria de tijolos bastante convencional, utilizando padrão construtivo típico das novas construções da região, em especial as famílias com renda razoavelmente elevada.



Figura 40: Edificação nova, nas proximidades da cantina. Foto da autora.

2.2. 5 Casa Osmarin

A casa de pedra construída em 1880 pelo imigrante Zenone Colongnese pertence, desde 1979 à família Osmarin. É uma construção em pedra de dois pavimentos e com um pequeno anexo ao lado onde funcionava a cozinha da residência. A simetria e o ritmo são elementos quase obrigatórios nessa arquitetura, com portas e janelas devidamente alinhadas; bem como os telhados bastante inclinados. As esquadrias possuem fechamento em madeira com dobradiças em ferro fundido; sobre elas as vergas de madeira apoiam o peso das espessas paredes de pedra irregular. Há restos de reboco nas paredes externas, o que indica que a casa fora rebocada e, provavelmente após o crescimento do turismo, este tenha sido removido. No interior do edifício algumas paredes ainda estão rebocadas. De modo geral a edificação está bem conservada, mas são necessárias manutenções frequentes visto que a infiltração de água pela cobertura está comprometendo a estabilidade das paredes e a conservação das madeiras do piso e esquadrias.



Figura 41: Casa Osmarin. Foto da autora.

Ciente da necessidade de manutenção, o proprietário Edes Luís Osmarin, realizou há aproximadamente 10 anos, por iniciativa própria, a manutenção necessária, onde trocou algumas esquadrias que estavam deterioradas, fez alguns reparos no telhado e recolocou algumas pedras que haviam caído, mas as intervenções limitaram-se a isso. Atualmente a casa é utilizada como depósito, porém há interesse em dar novo uso ao edifício, recebendo turistas, ajudando na obtenção de renda para manter a propriedade. No entanto, segundo o proprietário, a disponibilidade de recursos financeiros é insuficiente para investir em um projeto de reabilitação.

2.2.6 Moinho Bertarello

Pertencente à comunidade de São Pedro, o atual moinho Bertarello tem data de construção iniciada em 1950. Implantado às margens do Rio Burati, o moinho ainda possui em seu porão e exterior as ruínas do antigo moinho que funcionava utilizando como força motriz a água do riacho. Atualmente as máquinas são movidas por energia elétrica, no entanto os antigos equipamentos são mantidos na sala principal do moinho.



Figura 42: Moinho Bertarello. Foto da autora.

O prédio possui porão, três pavimentos e sótão, sendo utilizado apenas o pavimento térreo para atender clientes e turistas; os demais abrigam casas de máquinas e depósito, sendo que alguns estão desocupados. É uma edificação sólida erigida em tijolos maciços, com esquadrias metálicas distribuídas em ritmo e simetria, prevalecendo o predomínio de cheios sobre vazios, característica comum da arquitetura da imigração italiana. Moía inicialmente trigo e milho, mas como a produção de trigo diminuiu consideravelmente na região, agora mói apenas milho.

Além da exploração do moinho a família gera renda com o lazer, pois há na propriedade uma pequena cachoeira com espaço para as atividades ao ar livre. O ingresso dos Bertarello na Associação Caminhos de Pedra não é para eles vantajoso: primeiro porque há alguns padrões a seguir para receber turistas, e eles optaram por manter as coisas como estão; e em segundo lugar, porque a renda arrecadada com as atividades atuais é suficiente para manter a família.

2.2.7 Conjunto Residencial Barp

O Conjunto Residencial Barp é composto por três edificações: a residência, a casa de pedra e a estrebaria. A residência construída por volta de 1920 é uma edificação mista, com porão de pedras regulares e pavimento superior em madeira. Havia na casa mais um pavimento, mas este foi removido em 1977. A residência é utilizada até hoje como casa principal, onde ainda residem os descendentes dos Barp. A estrebaria em pedras irregulares também é utilizada até os dias de hoje, permanecendo sua função original. A casa de pedra foi construída em 1878, com dois pavimentos (um em semi-subsolo) e granaro. O porão abrigou por muito tempo alguns animais: era comum os moradores utilizarem o calor dos animais quando o inverno era muito rigoroso. Há ainda outras pequenas construções de apoio, como o forno de barro e o poço, ambos originais. Eram usuais tais elementos nas propriedades, mas poucos deles foram preservados.



Figura 43: Conjunto Residencial Barp. Foto da autora.

Em 2009 a casa de pedra foi restaurada a fim de receber uma pousada. Foram instalados banheiros internos no porão e no granaro. A escada existente que ligava o granaro ao térreo foi mantida, sendo implantada uma nova escada ligando este ao porão. O piso do porão, que era de chão batido, foi refeito e hoje possui acabamento em placas cerâmicas; nos demais pavimentos foram preservados os originais. Foi mantida também a estrutura do telhado, onde se realizaram pequenos reparos. O granaro recebeu forro de madeira e a cobertura foi refeita, mantendo a telha

francesa. O que se destaca na intervenção são as janelas no telhado, a proteção do acesso principal e a sacada em vidro anexada à fachada frontal. Menos visíveis estão as lâminas de vidro nas pequenas aberturas próximas ao piso do granaro.

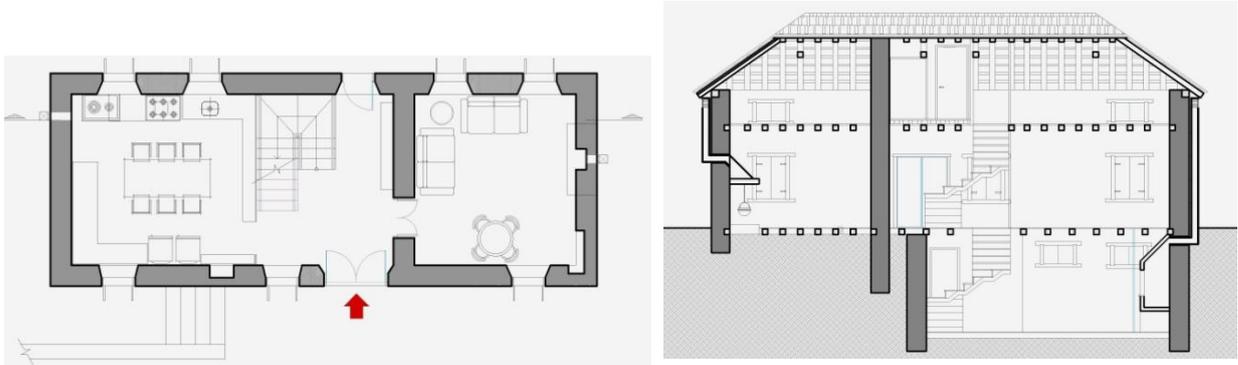


Figura 44: Planta Baixa Térreo e Corte Longitudinal Casa Barp. Fonte: Ultramar Arquitetos.

Embora tenha sido restaurada, a edificação permanece desocupada, principalmente devido à escassez de recursos para investir na implantação da pousada, o que acaba comprometendo a geração de renda familiar, forçando-a a buscar trabalho na cidade.

2.3 Outras arquiteturas

No roteiro há outras construções de valor significativo que merecem ser citadas, como a arquitetura religiosa e industrial, além de outros exemplares da arquitetura civil privada. É fundamental destacar a importância da arquitetura religiosa na vida do imigrante. Os terrenos eram doados pelos próprios colonos para que pudessem ser erigidos a capela e o cemitério. Posteriormente acrescentou-se algum comércio, escola e salão de festas, que compunham o centro da comunidade (POSENATO, 1997, p. 316). Nele os imigrantes se reuniam em dias de missa ou festa. A tipologia edilícia das igrejas era bastante simples, composta basicamente por uma nave, sacristia e campanário, este normalmente separado do bloco principal do edifício. Havia também pequenos capitéis construídos como pagamento à graças alcançadas. Nas comunidades envolvidas no roteiro encontra-se número considerável desses edifícios em bom estado de conservação.



Figura 45: Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição (à esquerda) e Capela São Pedro, comunidades de Barracão e São Pedro, respectivamente. Foto da autora.

A arquitetura industrial foi fundamental para o desenvolvimento econômico das comunidades locais, além de auxiliar na produção agrícola do colono. Era comum encontrar em meio rural, moinhos, serrarias, ferrarias, cantinas, tanoarias, marcenarias, descascadores de arroz, olarias e oficinas de artesanato. As tipologias edíficas variavam muito: estavam locadas em anexos da residência do proprietário, em edificação própria ou dividiam o mesmo edifício. Os moinhos geralmente possuíam mais de um pavimento, enquanto que os demais eram térreos. Em geral estavam instalados em galpões de planta retangular cobertos com duas ou quatro águas vedadas com telha cerâmica ou metálica e paredes em pedra ou madeira⁴³. O roteiro Caminhos de Pedra preserva poucos exemplares desta arquitetura, embora algumas atividades ainda sejam praticadas por alguns descendentes. O moinho Bertarello, do qual falamos anteriormente, é um dos poucos em atividade. Há também a Casa da Erva-Mate e a Cantina Strapazzon⁴⁴.

⁴³ Mais informações sobre a arquitetura industrial do imigrante italiano são encontradas no livro *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*, de Júlio Posenato (1997, p. 367-393).

⁴⁴ O edifício da antiga cantina está preservado, mas a produção de vinho e suco ocorre em outro local.



Figura 46: Casa da Erva-mate (à esquerda) e Cantina Strapazzon. Foto da autora.

2.4 Algumas Críticas Necessárias

Através da análise sistêmica dos aspectos acima relatados podemos constatar que, embora se acredite que o turismo funcione como uma opção de geração de renda, no roteiro Caminhos de Pedra a principal fonte ainda é a agricultura. Menos de 15% dos estabelecimentos em funcionamento tem renda baseada na atividade turística; nos demais locais o turismo é apenas uma forma de complementar a receita familiar.

Quanto à proteção das zonas rurais de interesse histórico ameaçada pelo crescimento urbano, merece destaque a ação do poder municipal que definiu, via Plano Diretor, o zoneamento destas áreas classificando-as como Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (APPHC)⁴⁵. Estão sob essa proteção os locais onde existam edificações, sítios históricos e de interesse turístico e trechos de paisagem original da região. O Plano Diretor determina ainda que, nas áreas rurais, os usos predominantes sejam o agrícola, turismo, agroindústria e conservação, podendo sediar outras atividades, desde que associadas às predominantes, ou necessárias à população local, em localizações e escalas adequadas visando à manutenção do caráter regional e do padrão básico da atividade produtiva. A legislação também regulamenta o volume das edificações, mantendo um padrão de ocupação do solo

⁴⁵ A área delimitada abrange, entre outras, todas as comunidades e distritos que apresentem bens materiais de valor patrimonial. Nelas se encontram a maior parte dos edifícios inventariados e por muitas das quais passa o roteiro turístico. Fazem parte da área delimitada os distritos de São Pedro, Tuiuty, Pinto Bandeira, Faria Lemos, Eulália, entre outros.

compatível com a paisagem rural, a distribuição dos edifícios tendo em vista impedir a dispersão excessiva dos prédios na paisagem e a obediência a recuos viários mínimos e máximos⁴⁶.

Há uma predisposição para implantação de estabelecimentos na comunidade de São Pedro, talvez por sua localização próxima a via, ou ainda por ser o centro do distrito, e até do próprio roteiro. Enquanto isso nas comunidades vizinhas, como a de São Miguel, podemos encontrar exemplares de valor considerável que permanecem em desuso ou funcionando como depósito. Isso talvez se deva ao afastamento que possuem da rodovia, dificultando o acesso dos turistas ao local. Seria o caso de instalar nelas algum atrativo que provocasse no turista a vontade de conhecer aquelas propriedades, independente de sua localização. Outro ponto negativo para esta pequena comunidade é a existência de várias estufas hortícolas que acabam empobrecendo a bela paisagem que possui.

É possível questionar ainda o método de preservação realizado que optou por trazer edificações de outro contexto para o roteiro, enquanto que muitas casas do entorno permaneciam desvalorizadas. A ação pode ser duplamente falha, primeiro porque removendo a edificação do local onde foi originalmente construída, esta perde seu entorno e, com isso, parte de seu valor patrimonial; segundo porque se deixa de preservar algo local e existente para reconstruir um novo edifício que não terá o mesmo valor. E isso pode ser influenciado pelo envolvimento dos proprietários no processo de reconstrução e/ou preservação, no sentido de que dispõem de terrenos naquela região ou que tem alguma relação com as edificações originais reconstruídas; e ainda a disponibilidade e proveniência de recursos financeiros para a execução das ações, muitas vezes condicionados quase que exclusivamente pelo interesse do investidor.

⁴⁶ BENTO GONÇALVES. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. Bento Gonçalves: PMBG, 2006. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.



Figura 47: Vitiaceri Uvas (à esquerda) e Pousada Fabiano de Borba, ainda não está em atividade. Foto do autor.

Da mesma forma que se examina a validade e autenticidade das reconstruções de edifícios em outro local, pode-se também discutir as intervenções que, por vezes, imitam a forma de construir outrora adotada, corroborando para a formação ou instituição de uma paisagem fictícia. Sobre a questão da autenticidade é interessante o que defende Diez:

A autenticidade se refere a uma correspondência entre aparência e conteúdo ao mesmo tempo em que entre aparência e origem. É autêntico aquilo que não oculta sua origem, porém não é necessariamente falso o que não a explica, mas aquilo que oculta premeditadamente. A distância entre a réplica e a falsificação está nesta intensidade da apresentação. (DIEZ, 2005, p.222)

Busca-se uma paisagem ideal, representativa da identidade regional, de sua cultura e arquitetura autóctones. Não é negado o valor cultural e ambiental desta paisagem, questiona-se apenas o modo de intervir sobre esta, que muitas vezes resulta na produção de falsos lugares da memória ou, como define Castello (2007), lugares da clonagem. Os lugares da clonagem são aqueles onde se tenta “clonar certas qualidades encontradas em outros lugares e percebidas como responsáveis pelos atributos gozados por esses lugares” (CASTELLO, 2006, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio e as ações de preservação e reuso às quais está ele exposto, sempre foram motivo de controvérsias. E isso se deve tanto às formas de intervir no patrimônio, quanto à definição do que é considerado digno de ser preservado. O fato é que, as alterações nos modos de viver e na conseqüente forma de pensar da sociedade implicam em posicionamentos cambiantes frente a essas questões. Como foi defendido anteriormente no texto, o passado é o formador da identidade e a âncora que sustenta nossa visão de futuro. Nele construiu-se, gradualmente, a nossa identidade, e talvez se deva a isso a impossibilidade de consenso sobre o que possui valor e importância; é nitidamente uma questão de posicionamento e afastamento temporal.

Há uma inter-relação entre vivência-memória-rememoração-identidade que define o que possui valor histórico para um determinado grupo social. Nem tudo que é importante para uma sociedade é, necessariamente, importante para outra; e isso é mais perceptível quando o patrimônio abrange um âmbito regional, correspondendo apenas a interesses de um grupo específico envolvido, em maior ou menor grau, com o bem a ser preservado. A cultura do imigrante e de seus descendentes, suas construções, música, dialeto, gastronomia e artesanato não possuem valor patrimonial e identitário para o indígena da região amazônica, por exemplo, dá mesma forma que possuem para a região da Serra Gaúcha. Assim, a salvaguarda deste patrimônio se justifica pelo seu potencial memorativo, agindo como articulador de memórias e, conseqüentemente, formador e consolidador da identidade local.

O fortalecimento desta identidade tornou-se possível através de ações concentradas e persistentes, desenvolvidas por pessoas da região que acreditaram no potencial da cultura local. O arquiteto Júlio Posenato e o engenheiro e empresário hoteleiro Tarcísio Michelin foram agentes fundamentais neste processo; aliaram turismo e preservação numa simbiose equilibrada. Vislumbraram nisso uma alternativa para a economia familiar local e para o patrimônio que estava se perdendo. Estas

ações resultaram na implantação do Roteiro que a análise demonstrou ser amplamente positivo, apesar dos aspectos contestáveis verificados aqui oportunamente.

É importante destacar que o turismo cultural no espaço rural é, certamente, a modalidade mais adequada ao caso, pois permite a realização de várias atividades, tanto voltadas à cultura campesina, quanto às outras práticas do turismo cultural, como a preservação do patrimônio e a valorização da identidade. Mas as alterações provocadas pela atividade vão muito além.

Embora houvesse uma pretensão inicial de geração de receita baseada no turismo, constatou-se que a principal fonte de renda familiar permanece sendo a produção agrícola – uva e vinho predominantemente. Isso possivelmente se explique pela sazonalidade intrínseca ao turismo. Por outro lado, esta sazonalidade contribui para manter as atividades rotineiras do produtor rural, evitando que o turismo atue como manipulador dessas ações. A possibilidade de geração de renda por meio de outra atividade que não a produção agrícola favoreceria ainda a manutenção dos jovens na área rural. No entanto, essa desejada permanência não alcançou o nível almejado; um número considerável deles continua buscando na cidade uma fonte de renda.

Embora muito se tenha evoluído em relação aos mecanismos de proteção da paisagem cultural, as ações em prol da salvaguarda deste patrimônio ainda esbarram em entraves legais e reivindicações contrárias por parte de alguns setores da sociedade civil. Alguns vislumbram nessa paisagem possibilidades de ganhos elevados, possivelmente inviabilizados caso ocorra o tombamento da paisagem local. Isso é também um fato que demonstra a carência ou ineficácia das ações de educação patrimonial, que não estão atingindo com resultado favoráveis a população local, muito pelo contrário.

A pré-disposição para implantação de estabelecimentos na comunidade de São Pedro produz um efeito centralizador no roteiro, que é bom no sentido de facilitar o controle e a melhoria da infraestrutura e serviços prestados, além de facilitar o deslocamento do visitante. Mas condenável por outro lado, uma vez que os turistas se

concentram nos locais de acesso facilitado, prejudicando os estabelecimentos periféricos. Essa centralidade atua, inconscientemente, na exclusão de outras comunidades que também possuem pontos de interesse ao turista que, devido ao seu afastamento não recebem os benefícios que a atividade supostamente oferece.

No que tange às intervenções arquitetônicas podemos concluir que são, sem sombra de dúvidas, essenciais à preservação e reinserção do patrimônio edificado ao modo de vida atual. Os casos estudados demonstram a importância do reuso desses edifícios para o fortalecimento da identidade local e sua paisagem. Mas nem tudo são flores no “Caminhos de Pedra”. Ao analisarmos casos de intervenção como a Casa Bianchi o que podemos concluir é que, embora as propostas procurem demonstrar certa contemporaneidade arquitetônica, ainda seguem bastante arraigadas a um falso histórico ou, até mesmo, um falso arquitetônico⁴⁷.

A questão da autenticidade é ainda mais latente na Casa das Massas e do Artesanato e na Casa da Tecelagem. Podemos compará-las ao exemplo citado por GONZÁLES MORENO-NAVARRO (1999, p. 21-22) que questiona a autenticidade e originalidade dos pilares e abóbodas da Igreja de Fuentidueña (Segóvia, Espanha) que foram retirados de seu local de origem e levados para serem expostos no Museu Metropolitano de Nova Iorque. O que pode ser dito a este respeito é que, embora sejam originais, certamente não são autênticas. Ainda produzem uma falsa paisagem construída para atender demandas geradas pelo turismo.

A construção de uma falsa paisagem talvez seja um dos pontos negativos mais preocupantes deste empreendimento. Buscando diversificar as atividades e atrair cada vez mais turistas, as intervenções procuram representar, com “releituras”, as construções típicas dessa arquitetura autóctone, como é o caso da Pousada Fabiano de Borba e da Vitiaceri Uvas. As alterações que a Lei de Incentivo à Cultura sofreu, restringindo o repasse de recursos para preservação apenas aos bens tombados, contribuem para aumentar a preocupação com a originalidade desta paisagem. Possivelmente o modelo de intervenção adotado seja diretamente influenciado pelo

⁴⁷ Na acepção de GONZÁLES MORENO-NAVARRO (1999, p. 23-24), falso histórico é o resultado de qualquer intervenção que tende a restituir aspectos originais da obra; e falso arquitetônico é a descaracterização da essência construtiva ou estrutural de determinados elementos.

direcionamento excessivo ao comércio que o empreendimento “Caminhos de Pedra” possui.

Assim, o que podemos concluir deste estudo do caso analisado, é que o roteiro “Caminhos de Pedra” mostrou-se uma forma promissora de preservação do patrimônio, fortalecimento da identidade e viabilização econômica. No entanto seu direcionamento excessivo ao turismo e a busca pelo acréscimo no número de visitantes tem colocado em risco a positividade do modelo adotado, principalmente no que diz respeito às novas construções e às formas de intervir provocando a espetacularização deste patrimônio e desta paisagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIRA, Eneida de. **Uma releitura das Cartas Patrimoniais**. In: Revista Integração nº60 – jan, fev, mar, 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/prppg/revista/integracao/integracao_60.php>. Acesso em: 02 jul. 2013.
- ANSALDI, Waldo. La memória, el olvido y el poder. In: **Seminário das Mercocidades: cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: SMC, Unidade Editorial, 2000.
- ARAUJO, Cíntia Möller; TASCHNER, Gisela. **Turismo e políticas públicas no Brasil**. In: BENI, Mário Carlos (Org.). Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 20. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BENTO GONÇALVES. **Lei Municipal nº 5.467**. Bento Gonçalves: PMBG, 2012. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/10/LM_5467_SMC-bento-gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- BENTO GONÇALVES. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. Bento Gonçalves: PMBG, 2006. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processo de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOGEA, Marta. **Esquecer para preservar**. In: Arqtexto n. 15 (2009), p. 128-151
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CAMINHOS DE PEDRA. Disponível em: <<http://www.caminhosdepedra.org.br>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- CAMPELLO, Glauco. **Ações pelo patrimônio**. In: WEFFORT, F; SOUZA, Márcio (org.) Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998, p. 123-142.
- CAPITEL, Antón. **Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración**. Madrid: Alianza Forma, 1999.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo, LUCHESE, Terciane Angela. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves**. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e Educação Patrimonial**. Sobre o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial - São Cristóvão/SE 2005. Coletânea Virtual IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- CASTELLO, Lineu Sirângelo. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- _____. **O lugar geneticamente modificado**. In: Arqtexto 09. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006, Pp.76-91.
- CASTELLS, Manuel, BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP Nº45, julho 1996, p.152-166. Disponível em:

<http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2013.

CATAFESTA, Manuela. **Habitar a indústria**. Dissertação de Mestrado – PROPAR, UFRGS. Porto Alegre:2012

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos**. *Resenhas Online*, São Paulo, 05.054, Vitruvius, jun 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>>. Acesso em: 10 junho 2013.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. In: LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura. América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: Clacso, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

DIEZ, Fernando E. **Crise de autenticidade, mudanças na produção da arquitetura argentina 1990-2002**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2005.

FÁVERO, Ivane Maria Remus. **Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural**. Bento Gonçalves: Monografia de conclusão do curso de Especialização em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico., 2000. Disponível em: <http://www.caminhosdepedra.org.br/pdf/Ivane_Remus_Favero-2000.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2013.

FRANDOLOSO, Marcos Antônio Leite. "O desenvolvimento da educação patrimonial e das políticas de preservação do patrimônio cultural em Passo Fundo." In: BATISTELLA, Alessandro. **Patrimônio, memória e poder**. Passo Fundo: Méritos, 2011. p. 75-100.

FEIRATUR. **Uma breve história do turismo rural**. Disponível em: <feiratur.blogspot.com.br/2013/04/uma-breve-historia-do-turismo-rural.html>. Acesso em: 02 jan. 2014.

GIRON, Loraine Slomp, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GOELDNER, Charles R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONZÁLES MORENO-NAVARRO, Antoni. **La restauración objetiva (método SCCM de restauración monumental): memoria SPAL 1993-1998**. Barcelona: Diputación de Barcelona. Área de Cooperación, Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local, 1999.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo construido: la arquitectura como modicicación**. Madrid: Nerea, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: ALMEIDA, J.A. et al(Org.).Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1996, p. 68-75.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Fundamentos da Educação Patrimonial**. Porto Alegre: Ciências e Letras, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICOMOS. **Carta de Veneza, 1964**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. **Carta do Turismo Cultural, 1976**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

IPHAN. **Carta de Brasília, 1995**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

_____. **Portaria 127/2009**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira**. Brasília: Coordenação da Paisagem Cultural, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LAGUNES, María Margarita Segarra. **La relación antiguo/nuevo y la re-significación del patrimônio histórico**. In: Arqumemória: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, BA, 14 a 17 de maio de 2013/Departamento da Bahia de Arquitetos do Brasil; Nivaldo Vieira de Andrade Junior, José Carlos Huapaya Espinoza (Org.). – 1. Ed. – Salvador: IAB-BA, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOMBARDI, Giorgio. **A cidade histórica como suporte da memória**. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: SMC/DPH, 1992.

MACHADO, Jurema; BRAGA Sylvania. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; [Brasília]: Fundação Ncaional Pró-Memória, 1985.

MASINA, Renato. **Introdução ao turismo: conceitos básicos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MARTINS, Lavinia Raquel Martins de. **O turismo na história de Foz do Iguaçu-PR**. Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú: 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro das cidades: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

MENEGUELLO, Cristina. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano**. Arqutextos Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/01.003/993>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Nacional de Apoio a Cultura – PRONAC**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-acoos/programa-nacional-de-apoio-a-cultura/>. Acesso em: 19 fev. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. **Marcos conceituais**. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html>.
Acesso em: 31 out. 2013.

_____. **Turismo cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

_____. **Turismo rural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século xx**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

OEA. **Normas de Quito, 1967**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 01 janeiro 2013.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O equilíbrio em Camillo Boito**. *Resenhas Online*, São Paulo, 08.086, Vitruvius, fev 2009. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>>. Acesso em: 03 junho 2013.

_____. **O idealismo de Viollet-le-Duc**. *Resenhas Online*, São Paulo, 08.087, Vitruvius, mar 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>>. Acesso em: 03 junho 2013.

_____. **O pensamento de John Ruskin**. *Resenhas Online*, São Paulo, 07.074, Vitruvius, fev 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>. Acesso em: 03 junho 2013.

Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ONU. **Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas, 1968**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=239>>. Acesso em: jan. 2013.

PAC CIDADES HISTÓRICAS. **Patrimônio, desenvolvimento e cidadania**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1332>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

PELEGRINI, Ana Carolina Santos. **Bolonha, Barcelona, Firminy: quando o projeto é patrimônio**. In: Arqtexto n.12. Porto Alegre: PROPAPAR-UFRGS, 2008, p.204-243.

_____. **Quando o projeto é patrimônio: a modernidade póstuma em questão**. Tese de doutorado. Porto Alegre, 2011.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo rural**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; NETTO, Alexandre Panosso; CARVALHO, Mariana Aldringui; PIRES, Paulo dos Santos. **Análises regionais e Globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p. 577-586.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

_____. **Caminhos de Pedra: Projeto de resgate da herança cultural**. 1998

POSSAMAI, Zita (Org.). **Seminário das Mercocidades: Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Sec. Municipal de Cultura, 2002.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil**. *Arquitextos*, São Paulo, 13.149, Vitruvius, out 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>. Acesso em: 13 junho 2013.

SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SARTI, Antonio Carlos; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. **Espaço, paisagem, lugar, território e região: a organização do espaço turístico**. In: BENI, Mário Carlos (Org.). *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole, 2012.

SAYEGH, Liliane M. L. **O turismo enquanto modo de mercantilização da cultura de massas: um estudo das cidades mineiras**. In: *Anais Arquiemória* 3, 2008 – Salvador/BA

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>. Acesso em: 01 jan. 2013.

SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi. **Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica**. In: NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 254-263.

TORRE PADILLA, Oscar de la. **El turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

UNESCO. **Recomendação de Paris Paisagens e Sítios, 1962**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>. Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. **Recomendação d Nairóbi, 1976**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>. Acesso em: 21 jun. 2014.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Padua. **A inflexão do conceito de gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes**. Dissertação de Mestrado, UFMG. Belo Horizonte: 2007.

ZUÑIGA, Christina E. H.; et al. Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010, p.282-296.

CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Igreja de Saint-Sernin de Toulouse.
Fonte: GONZÁLES MORENO-NAVARRO, 1999, p. 71 26
- Figura 2:** Plano Piloto de Brasília.
Fonte: MONTANER (2009, p.27). 31
- Figura 3:** Castelo de Valençay, Vale do Loire, França.
Fonte: <http://www.chateau-valencay.fr/#> 40
- Figura 4:** Gramado/RS em 1913 (esquerda) e 2013.
Fonte: <http://www.gramado.rs.gov.br/> 43
- Figura 5:** Pelourinho, Salvador/BA.
Fonte: Foto da autora 44
- Figura 6:** The Temple Bar, Dublin - Irlanda.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Temple_Bar 44
- Figura 7:** Panteão Romano.
Fonte: <http://www.gutenberg.org/files/18845/18845-h/18845-h.htm> 46
- Figura 8:** Coliseu.
Fonte: <http://www.gutenberg.org/files/18845/18845-h/18845-h.htm> 46
- Figura 9:** Fábrica convertida em condomínio de uso misto.
Fonte: <http://www.cbhassociates.com/projects/archive/residential/developer/millrace.htm> 47
- Figura 10:** Edifício La Nau, Campus da Comunicação, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona.
Fonte: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2013/11/28/campus-de-la-comunicacio-poblenou-rqp-arquitectura/> 47
- Figura 11:** Campanário de São Marcos, em Veneza, reconstruído em 1912.
Fonte: GRACIA, 1992, p.180. 50
- Figura 12:** Pavilhão Alemão para a Exposição Internacional de Barcelona de 1929.
Fonte: PELEGRINI, 2008, p.2007. 50
- Figura 13:** Relações de elementos existentes (A) e novos (B).
Fonte: Adaptado de GRACIA ,1998, p. 187-188. 51

- Figura 14:** Museu de Castelvecchio, Verona.
Fonte: <http://www.carloscarpa.es/Castelvecchio.html> 52
- Figura 15:** Ampliação da Estação de Estrasburgo e entorno.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gare_de_Strasbourg_2010.JPG. 52
- Figura 16:** Conjunto KKKK.
Fonte: <http://www.brasilarquitetura.com/projetos.php?mn=6&mn2=31&img=08&bg=img>. 52
- Figura 17:** Museu do Pão, Ilópolis.
Fonte: <http://www.brasilarquitetura.com/projetos.php?mn=25&mn2=92&img=006&bg=img> 54
- Figura 18:** Mapa de localização de Bento Gonçalves e Pipa Pórtico.
Fonte: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br> 57
- Figura 19:** Vista da Comunidade de São Pedro, na Linha Palmeiro, em 1950.
Fonte: <http://www.caminhosdepedra.org.br/pt/?pg=historico> 58
- Figura 20:** Mapa roteiro turístico "Caminhos de Pedra".
Fonte: www.caminhosdepedra.org.br 61
- Figura 21:** Casa Merlo.
Foto da autora. 65
- Figura 22:** Planta baixa Casa Merlo, uso atual.
Fonte: Oltramari Arquitetos. 66
- Figura 23:** Vista frontal Casa Cantelli Menor antes da reabilitação.
Fonte: Acervo Arq. Fernando Oltramari. 67
- Figura 24:** Planta baixa térreo antes (direita) e depois da intervenção.
Fonte: Oltramari Arquitetos 68
- Figura 25:** Casa Cantelli Menor após reabilitação.
Fonte: <http://www.pousadacantelli.com.br/pousada> 69
- Figura 26:** Casa Cantelli Menor atualmente.
Foto da autora. 70
- Figura 27:** Casa das Massas e do Artesanato vista geral e detalhes construtivos.
Foto da autora. 71

- Figura 28:** Casa da Tecelagem.
Foto da autora. 72
- Figura 29:** Casa Vanni antes do restauro .
Fonte: Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Sul 73
- Figura 30:** Casa Vanni atualmente.
Foto da autora. 73
- Figura 31:** Casa da Ovelha (direita) e Parque da Ovelha.
Fonte: Foto da autora. 74
- Figura 32:** Casa dos Doces Predebom, conjunto cozinha e residência.
Foto da autora. 75
- Figura 33:** Casa Luchese, foto do site do Caminhos de Pedra.
Fonte: www.caminhosdepedra.com.br 77
- Figura 34:** Casa Luchese, vista do entorno a partir do acesso.
Foto da autora. 77
- Figura 35:** Casa Bianchi em maio de 2008 (esquerda) e abril de 2011.
Fonte: Arquivo Oltramari Arquitetos. 78
- Figura 36:** Planta Casa Bianchi, atendendo às necessidades de uma salumeria.
Fonte: Oltramari Arquitetos. 78
- Figura 37:** Casa Bianchi, atualmente.
Foto da autora. 79
- Figura 38:** Casa Comiotto, fachada norte (esquerda) e sul.
Foto da autora. 80
- Figura 39:** Cantina De Paris.
Foto da autora. 80
- Figura 40:** Edificação nova, nas proximidades da cantina.
Foto da autora. 81
- Figura 41:** Casa Osmarin.
Foto da autora. 82

Figura 42: Moinho Bertarello.

Foto da autora.

83

Figura 43: Conjunto Residencial Barp.

Foto da autora.

84

Figura 44: Planta Baixa Térreo e Corte Longitudinal Casa Barp.

Fonte: Oltramari Arquitetos.

85

Figura 45: Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição (à esquerda) e Capela São Pedro.

Foto da autora.

86

Figura 46: Casa da Erva-mate (à esquerda) e Cantina Strapazzon.

Foto da autora.

87

Figura 47: Vitiaceri Uvas (à esquerda) e Pousada Fabiano de Borba.

Foto do autor.

89

ANEXOS

Anexo 01: Parecer Profa. Dra. Andréa Soler Machado.

Anexo 02: Parecer Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán Rocca.

Anexo 03: Parecer Prof. Dr. Rogério de Castro Oliveira.